

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 16/09/2020	Página: A2

A TARDE

O auxílio e os MEIs

A retomada da economia, embora ainda tímida, devido aos baixos percentuais de crescimento, pode ser atribuída, em parte, ao auxílio emergencial concedido pelo governo federal a mais de 230 mil microempreendedores individuais (MEI) na Bahia. Esta é a versão do Sebrae Bahia, ao avaliar positivamente a ajuda, mediada pelo Congresso Nacional, ao elevar dos R\$ 200 propostos pelo Planalto para os R\$ 600 repassados aos trabalhadores. Segundo dados do Ministério da Economia, o número representa pouco mais de 40% dos MEIs baianos, hoje em torno de 570 mil profissionais, de acordo com o Portal do Empreendedor. Ao todo, 296.127 microempreendedores individuais reivindicaram o auxílio concedido em função da pandemia.

A TARDE

DA REDAÇÃO

A capital baiana ganhará 165 novos leitos e destes, 100 serão leitos clínicos e 65 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O anúncio do reforço no serviço de saúde para atendimento à população baiana foi feito pelo governador Rui Costa (PT), ontem, durante transmissão do Papo Correria por meio das redes sociais.

O incremento no número de leitos será possível devido à desativação dos leitos que, até então, eram utilizados para atender pacientes com diagnóstico da Covid-19. O governo do estado tomou essa decisão diante da queda no número de casos e a consequente redução da taxa de ocupação de leitos, que está em 35% para os leitos clínicos e 39% para os leitos de UTI.

Segundo o governador Rui Costa, a reversão dos leitos não alcançará o interior do estado neste momento. "Nós entramos numa fase de desaceleração da doença e agora podemos utilizar esses leitos que foram abertos ou revertidos para atender pessoas com a Covid-19. Chegou a hora de reverter esses leitos e atender outras doenças a partir dessa semana. Esperamos que o número de ocupação de leitos caia ainda mais e possamos continuar com o processo de reversão. No interior ainda não iremos reduzir o número de leitos para atender pacientes da Covid-19 porque decidimos aguardar um pouco mais pela redução do número de casos", afirmou o governador da Bahia.

A reversão dos leitos ocorrerá no Hospital Geral Ernesto Simões Filho e no Instituto Couto Maia. No Hospital Ernesto Simões, foram destinados 139 leitos para atender pacientes do novo coronavírus e agora passa a contar com 55 leitos de UTI adulto e 100 leitos clínicos

INCREMENTO Governador Rui Costa (PT) anunciou reforço no serviço de saúde durante transmissão, ontem, do Papo Correria, por meio das redes sociais

ESTADO REVERTE LEITOS DE COVID-19 PARA ATENDIMENTO COMUM



Segundo o governador, capital baiana ganha 165 novos leitos e, destes, 100 serão leitos clínicos e 65 de UTI

voltados para procedimentos cirúrgicos, além de atendimento a diversas outras patologias. Já no Instituto Couto Maia, que dispõe de 70 leitos clínicos e 90 de UTI dedicados à Covid-19, serão liberados 10 leitos para atender pacientes com outras patologias.

O secretário da Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, participou da transmissão do Papo Correria e comentou o impacto da mudança. "Estamos devolvendo todo o Hospital Geral Ernesto Simões Filho para voltar a ser integrado à rede de urgência e emergência. A unidade deixa de atender pacientes da Covid-19 e passa a ficar focada na alta e média complexidades. O hospital irá receber os pacientes via Central de Regulação. Com isso, teremos maior agilidade na fila de regulação", pondera.

Desativação

Além da reversão desses leitos, a gestão estadual irá desativar alguns leitos voltados para os pacientes infectados com o novo coronavírus. A medida valerá para o Hospital Santa Clara, que, dos 59 leitos, continuará com 15 leitos clínicos que serão mantidos como retaguarda. Já o Hospital Riverside, onde foram implantados 110 leitos clínicos, será totalmente fechado e entrará em reforma. A expectativa é que a unidade reabra em 2021 como um hospital de cuidados prolongados e com um novo conceito de atendimento.

No hospital de campanha da Arena Fonte Nova haverá redução do número de leitos e a unidade manterá 50 leitos de UTI e 30 de enfermaria para atender os pacientes da Covid-19. Já o Pronto Atendimento exclusivo para atender profissionais da área de saúde, no bairro do Rio Vermelho, terá as atividades encerradas em função da queda na demanda.

A TARDE

Ação na SEC vacina contra H1N1 e sarampo

TÁCIO CALDAS*

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) deu início ontem à campanha de vacinação contra os vírus influenza H1N1 e do sarampo para todos os servidores e demais profissionais da Educação que segue até a próxima quinta-feira.

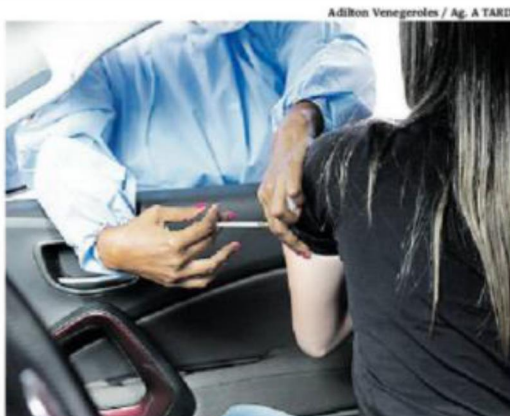
O atendimento é realizado no Posto de Atendimento ao Servidor (PAS), no subsolo da SEC no Centro Administrativo da Bahia (CAB), das 9h até as 16h. Para os demais, a campanha contará com o atendimento via drive-thru no estacionamento do ór-

gão.

Podem acessar a vacinação pelo sistema drive-thru todos os professores e trabalhadores da Educação da rede estadual de ensino e outros servidores do estado, contudo é necessário observar alguns requisitos. Para se imunizar contra o sarampo, apenas podem ser atendidos adultos entre 20 e 40 anos, já contra a H1N1, podem se vacinar adultos, gestantes e idosos.

Expectativa

"A gente espera alcançar todos os servidores do nosso prédio e os demais do es-



Adilson Venegoles / Ag. A TARDE

SEC promove drive-thru para a vacinação dentro do CAB

tado. Esperamos ter as duas mil doses que estão sendo destinadas para isso sendo usadas, aplicadas", afirmou Rosário Muricy, superintendente de recursos humanos da SEC.

A campanha é um reforço para a que ocorreu anteriormente e está sendo aplicada em parceria com um distrito sanitário de Salvador. "Estamos reforçando essa ação da vacinação da influenza e do sarampo em parceria com o Cabula/Beiru", afirmou Rosário Muricy.

*SOB A SUPERVISÃO
DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

A TARDE

EDUCAÇÃO Aumento foi de 0,5 ponto para o ensino médio, se comparado a 2017, quando chegou a 2,7

BAHIA REGISTRA CRESCIMENTO NO IDEB E ATINGE NOTA DE 3,2

VITOR CASTRO*

A Bahia atingiu nota 3,2 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), apontando um crescimento de 0,5 ponto para o ensino médio, se comparado a 2017, quando alcançou 2,7 pontos. Mesmo com a alta, o estado não atingiu a meta de 4,3 pontos estabelecida para 2019, mas o secretário da Educação Jerônimo Rodrigues e especialistas da área comemoram.

Na capital houve crescimento de 0,3 ponto no ensino fundamental I e 0,4 ponto no ensino fundamental II. Divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o levantamento, que ocorre a cada dois anos desde 2005, é responsável por avaliar a qualidade do ensino público e privado nos níveis fundamental e médio.

"Essa é a maior nota em relação de crescimento no Nordeste. Numa análise percentual entre os 2,7 [2017] e os 3,2 de agora, crescemos quase 20%. No Brasil, teve um estado que cresceu 0,7, outros dois com 0,6 e cinco estados tiveram nota com 0,5 de crescimento. Estamos falando de oito estados que mais cresceram no Brasil e a Bahia está dentro", comemorou o secretário.

O titular da SEC disse ainda que as notas dos estudantes da Bahia foram boas em língua portuguesa e matemá-



As notas dos estudantes da Bahia foram boas em língua portuguesa e matemática

tica. O Ideb é calculado a partir da combinação entre a proficiência obtida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o indicador de taxa de aprovação no final do ano. "A reprovação e evasão deixam nossa posição um pouco delicada. Vamos fazer um trabalho para o ano que vem combinando com os professores por que não é aprovar por apro-

var. Temos que ter uma estratégia para a reprovação".

Na série histórica para o ensino médio, a Bahia teve um crescimento superior à média nacional de 0,4 pontos. Quando analisados os anos finais do ensino fundamental, ficou abaixo da média nacional de 4,9 pontos. Além da Bahia, o Pará, o Rio Grande do Norte e Sergipe tiveram resultado bai-

xo com 4,1 pontos.

"Naturalmente teremos que fornecer cursos de formação para professores, coordenadores pedagógicos e diretores para compensar fortemente a educação fundamental", disse o secretário sobre aumentar os índices no ensino fundamental.

Para o pesquisador e professor da faculdade de educação da Universidade Fede-

ral da Bahia (Ufba) Herbert G. Silva, ainda que a Bahia tenha grandes desafios, o indicador aponta melhora na rede estadual. "No entanto, precisamos aprofundar a análise desse resultado, buscando identificar as ações e políticas públicas exitosas, sem desconsiderar as mazelas históricas que existem nas nossas políticas educacionais que perduram ao longo dos anos", disse.

Para o pesquisador, medidas que visem à melhora do índice devem passar por "investimentos que visem à permanência de estudantes e professores na rede, condições de trabalho adequada, participação por meio de uma gestão colaborativa e democrática centrada na aprendizagem", entre outras.

A capital registrou crescimento de 5,3, em 2017, para 5,6 em 2019 no fundamental I. Já no fundamental II, o número subiu de 3,9, em 2017, para 4,3 em 2019. O município subiu duas posições no ranking entre as capitais passando para o 16º lugar no ensino fundamental II. E chegou a 15º lugar no fundamental I. Em 2013, Salvador estava na última colocação. "São conquistas. Salvador vem mudando o cenário da educação desde 2013", disse o titular da Secretaria Municipal de Educação (Smed), Bruno Barral.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● **Recebo o meu amigo e irmão Popó para estar comigo nas eleições deste ano. Eu e ele temos em comum, além do prazer em ajudar a comunidade, a sede por desafios novos**

Celsinho Cotrim

Candidato do Pros a prefeito de Salvador, ao anunciar a escolha do ex-campeão mundial de boxe para a vaga de vice na chapa

Vozes do esquema

Diálogo gravado pelo advogado Julio César Cavalcanti, delator da Faroeste, revela de modo claro as negociações sobre a venda de sentenças em disputas de terras no Oeste baiano, travadas entre ele, a desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciollelli e o filho, Vasco Rusciollelli, preso com a mãe em 24 de março pela Polícia Federal. Na conversa, Sandra e Vasco discutem com Cavalcanti como elaborar o voto favorável a um empresário do agronegócio, para que fique "bem técnico, e (possa) alcançar o objetivo, falando tudo sem ter dito nada". "O acordo eu sei que posso suspender, a liminar eu não sei. Tem que ser outro caminho", diz a magistrada, de acordo com a transcrição anexada à ação penal movida contra ela no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

FATO CONSUMADO

O processo foi julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Bahia em 21 de janeiro deste ano. Na ocasião, sagrou-se vencedor o voto apresentado por Sandra Inês a favor do empresário, previamente negociado por Cavalcanti, em troca de uma propina de R\$ 250 mil.

Imagem e silêncio

Na conversa de anteontem à noite com líderes empresariais do estado, o ministro da Infraestrutura, Tarciso Gomes de Freitas, contou um episódio constrangedor envolvendo a Via Bahia, ocorrido durante encontro com a embaixadora do Canadá no Brasil, Jennifer May. Como a concessionária que administra os trechos baianos das BRs 324 e 116 tem como principal acionista a PSP Investments, gestora dos fundos de pensão canadenses, May se colocou à disposição para solucionar a guerra judicial travada pelo governo federal para cancelar a concessão da Via Bahia. Antes, porém, o ministro enviou um drone para filmar as atuais condições das rodovias. Ao mostrar as imagens de buracos, pavimentação precária e falta de sinalização, a embaixadora ficou em silêncio.

Tropa dos trilhos

O empresariado baiano ouviu ainda o apelo do ministro para que se engajasse na luta pela retomada total da Fiol, tida por ele como uma das obras mais importantes do país. Na ocasião, Freitas lembrou que a Malha Paulista e a Ferrovia Vitória-Minas só deslançaram após apoio maciço da classe. Ao final, representantes da indústria, comércio, agronegócio, mineração e construção civil garantiram adesão máxima para destravar o projeto.

Tiro certo

Surtiu efeito a pressão dos cardeais do PT para forçar o prefeito de Senhor do Bonfim, Carlos Brasileiro, a disputar a reeleição, noticiada pela Satélite no último dia 9. Até então, o petista estava decidido a não concorrer ao quarto mandato e lançar o vice, Zé Antônio (PT), mas o súbito crescimento do candidato da oposição, o vereador Laércio Júnior (DEM), elevou o risco de derrota em um reduto estratégico do partido e levou Brasileiro a anunciar a candidatura na convenção da legenda, realizada anteontem.

Torre de babel

Parlamentares da bancada baiana em Brasília acham muito difícil um acordo entre o Congresso e o Planalto para derrubar o veto à desoneração da folha no dia 30. Nos dois lados, afirmam, ainda não há clima para consenso.

Hospitais: após reestruturação, capital terá 165 novos leitos

OUTRAS DOENÇAS O governo do estado iniciou ontem a desativação ou reversão dos leitos clínicos e de Terapia Intensiva (UTI) em Salvador e região metropolitana (RMS) que atendiam a pacientes com covid-19. Com isso, a capital ganhará 165 novos leitos, sendo 100 clínicos e 65 de UTI. Ao menos 154 serão desativados. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa (PT) e pelo secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas.

Os hospitais são o Ernesto Simões, Arena Fonte Nova, Santa Clara, Riverside, Colégio Nobel, Couto Maia e Alayde Costa. A medida foi tomada por conta da redução da taxa de ocupação - que está em 35% para os leitos clínicos

DADOS DE COVID-19

285.448

casos do novo coronavírus foram registrados em todo o estado desde março

28,93%

é a proporção dos casos em Salvador

272.127

pessoas são consideradas curadas e 7.281 casos encontram-se ativos, segundo boletim divulgado ontem pela Sesab

e 39% em leitos de UTI - para covid-19 na capital e RMS.

No Ernesto Simões, o centro era exclusivo para tratamento do coronavírus e será revertido para atendimentos não-covid. Os 30 leitos adicionais serão mantidos para tratamentos de média e alta complexidade. Fábio Vilas-Boas afirmou que "espera observar no Ernesto Simões o mesmo que aconteceu no HGE ou Hospital do Subúrbio, com uma maior agilidade na fila da regulação".

O hospital passa a funcionar com 55 leitos de UTI e mais 100 leitos clínicos. Os pacientes que estão lá serão transferidos para a Fonte Nova, que também sofrerá redução de 80 para 50 leitos de UTI e de 100 para 30 leitos clínicos - totalizando 80 leitos no geral. Segundo Rui, a expectativa é que continue acontecendo redução para que possa "anunciar a desativação completa da Fonte Nova".

Os nove leitos de UTI do Hospital Santa Clara serão desativados, e a unidade funcionará apenas como retaguarda. O Riverside, por sua vez, será

desativado e passará por uma reforma. O secretário estadual de Saúde aponta que a meta é de reabri-lo no início de 2021 para ser um hospital de cuidados prolongados.

A lista continua com a unidade de pronto-atendimento que foi montada para atender profissionais de saúde no local onde funcionava o antigo colégio Nobel, no Rio Vermelho. Essa unidade será desativada por conta da queda drástica no número de atendimentos e exames que eram realizados por lá.

O Hospital Alayde Costa continua funcionando, mas progressivamente será transformado em UTI não-covid para atender aos pacientes com problemas renais crônicos. A ideia é desafogar a quantidade de atendimentos no Hospital Roberto Santos.

O último da lista é o hospital Couto Maia. O estado vai devolver 10 dos 118 leitos de UTI para tratamento de outras doenças. No interior, não há alterações porque as taxas seguem elevadas.

LEIA ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO FÁBIO VILAS-BOAS NA P. 17

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 16/09/2020	Página:

Correio

SEMANA BRASIL TEVE QUEDA DE 8,3%

FATURAMENTO A chamada Semana Brasil registrou queda de 8,3% no faturamento do varejo brasileiro ante o número de 2019. O período de promoções relacionado ao feriado do dia 7 de setembro havia mostrado alta de 11% em 2019 sobre 2018. No entanto, se considerado os números do e-commerce, houve alta de 10%. Descontando, no entanto, setores muito negativamente afetados como o de turismo, houve crescimento de cerca de 90% no faturamento sobre os dados de 2019.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Antes do próximo cartão vermelho

Economia foi entregue a um dos secretários.

Semanas atrás, ministros, como Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas, defenderam diretamente junto ao presidente o aumento de gastos para obras, como se esse assunto pudesse ser decidido sem aprovação do Ministério da Economia. Ministros militares também vão diretamente ao presidente ou ao Congresso. Agora passarão a ser maioria na Junta Orçamentária, e eles têm várias demandas e projetos que significam aumento de despesas. Quando o presidente é constrangido a seguir o ministro da Economia, como no veto ao perdão às igrejas, para evitar "um quase certo processo de impeachment", Bolsonaro em seguida pede que derrubem o veto e diz que vai mandar um projeto para ampliar a isenção tributária delas.

Paulo Guedes está pensando em ideias que também vão dar confusão, como não corrigir os gastos com educação e saúde. "Indexação não protege ninguém", disse ele. Só que é prudente que ele explique melhor o efeito prático de "desindexar, desvincular e desobrigar", antes do próximo cartão vermelho.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O ministro Paulo Guedes atacou a imprensa, ou seres incorpóreos, pela confusão que ele mesmo criou. Como sempre, deu uma interpretação do comportamento do presidente que o absolve de tudo e culpa outros. Falou de fatos que ninguém está discutindo. "Você, com 51 milhões de desempregados, quer dar aumento de 20%, 30% do salário mínimo?" perguntou Guedes sem ninguém entender a que ele se referia. Disse que o cartão vermelho não é para ele. A quem ficou com a cabeça pendurada foi o secretário Waldery Rodrigues. Esse é o método Paulo Guedes de fugir da frigideira: terceiriza a culpa, apresenta uma interpretação própria dos eventos, faz uma declaração sem sentido, apresenta um número absurdo.

Os fatos: desde que a equipe econômica decidiu criar o Renda Brasil, os economistas do governo saíram à procura de receita para a proposta. Anunciaram o programa antes de formatá-lo. Depois saíram enfileirando ideias. Algumas, muito ruins. O que não está na mesa do Ministério já foi despachado para o Congresso para ver se cola nos relatórios que o senador Márcio Bittar (MDB-AC) está preparando.

do. O grande problema é que tudo é falado como se o plano estivesse consolidado, e a discussão, amadurecida internamente. Várias vezes pessoas da equipe disseram que uma das propostas era usar o dinheiro do abono salarial. Depois que Bolsonaro fulminou a tese, dizendo que não se pode "tirar dos pobres para dar para os paupérrimos", não apareceu o pai da ideia.

Ontem os jornais trouxeram dois estudos que estavam, sim, sendo discutidos: congelar as aposentadorias e pensões e reduzir o gasto com o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O presidente atacou os dois, disse que de nada sabia, e que daria cartão vermelho a quem dissesse. O que fez Paulo Guedes? Culpa a imprensa. Disse que os jornalistas estavam fazendo ilações,

ligando pontos desconexos. "Como a primeira página de todos os jornais diziam que ia tirar dinheiro dos idosos, dos frágeis e vulneráveis, ele repetiu o que disse antes". E mais adiante: "Não é possível que você abra os jornais e todas as manchetes são de que querem tirar o dinheiro dos pobres, querem assaltar os pobres para dar aos mais pobres ainda". Primeiro, as manchetes não foram essas e sim as medidas que de fato estavam sendo estudadas. Segundo, essa é a frase do presidente.

Era uma vez um superministro. Paulo Guedes perde diariamente uma batalha porque serve não a um projeto econômico, mas sim a um projeto político que tem três elementos: a reeleição, o populismo e o autoritarismo. Por isso, a área economi-

ca vem se enfraquecendo. Ontem foi apenas mais um dia em que o presidente em vez de demonstrar sua discordância em discussões internas levou-as a público queimando seus auxiliares e se fazendo de bonzinho. "É gente que não tem um mínimo de coração ou entendimento de como vivem os aposentados no Brasil", disse Bolsonaro, presidente de um governo que fez a reforma da previdência preservando privilégios das categorias que ele protege.

A área de Guedes vem sendo comida pelas bordas. Foi o que se viu na briga do arroz na semana passada. O intervencionismo do ministro da Justiça, André Mendonça, teve o apoio do presidente, que disse ter autorizado a notificação aos supermercados. A reação do Ministério da

CRÉDITO PARA MICROEMPRESÁRIOS MOVIMENTA R\$ 7 MI

PARCERIA Uma parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Caixa Econômica Federal viabilizou a assinatura de 35 contratos, no valor total de R\$ 7 milhões, com o apoio dos fundos Garantidor para Investimentos (FGI) e de Garantia de Operações (FGO), para micro e pequenos empresários de todo o país.

Entre os benefícios, as linhas de financiamento possibilitaram uma redução dos juros de até 28%, se comparada à taxa de balcão, além de carência de até 60 meses para pagamento. Os recursos podem financiar capital de giro e bens de consumo duráveis.

De acordo com a CNI, os R\$ 7 milhões representam a soma dos R\$ 5,3 milhões liberados na fase piloto do projeto, em julho, com recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), e de R\$ 1,7 milhão operacionalizados pela rede do Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), presente em 22 estados, desde o lançamento da parceria, em 25 de agosto.

Além das condições especiais de juros e pagamento, as indústrias que contratarem o financiamento contarão com o apoio de profissionais especializados do NAC para orientação financeira a fim de identificar a melhor alternativa de crédito ofertada.

O pacote de benefícios inclui ainda o Cartão Empresarial, com isenção da primeira anuidade.

PANDEMIA AFETA MAIS PEQUENAS FIRMAS, DIZ IBGE

IMPACTO Em meio à reabertura de atividades econômicas e flexibilização das medidas de isolamento social de combate à pandemia do novo coronavírus pelo país, as pequenas empresas brasileiras têm enfrentado mais dificuldades de sustentar seus negócios.

Entre as 3,2 milhões de empresas em funcionamento na primeira quinzena de agosto, 38,6% informaram terem sido afetadas negativamente pela pandemia, segundo os dados da Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas divulgadas ontem pelo IBGE. Os efeitos negativos foram percebidos por 38,8% das empresas de pequeno porte, enquanto que essa fatia de prejudicadas desceu a 28,4% entre as intermediárias e 25,5% entre as grandes empresas.

“Nós percebemos isso nas sondagens de confiança”, disse Aloisio Campelo Júnior do Ibre/FGV.

ECONOMIA MANTÉM EM 4,7% PROJEÇÃO PARA QUEDA DO PIB

RECESSÃO O Ministério da Economia manteve sua projeção para a recessão em 2020, decorrente da pandemia de covid-19. De acordo com a nova grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE), a retração estimada para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 seguiu em 4,70%.

Passado o tombo mais forte na economia neste ano, a equipe econômica espera uma recuperação acelerada no próximo ano. Para 2021, a projeção de crescimento seguiu em 3,20%. Para 2022, a estimativa de alta no PIB passou de 2,60% para 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023 e 2024, ambas em 2,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram uma queda de 5,11% para o PIB de 2020. Para 2021, a estimativa é de alta de 3,50%.

Ministro pede que sociedade baiana se engaje pela Fiol

FERROVIA O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, conclamou ontem o engajamento de todos os setores produtivos da Bahia em torno da construção da Ferrovia de Integração Oeste - Leste (Fiol). "Costumo dizer que a maior força ativa para mudar as coisas no país está na iniciativa privada. Governo nenhum age por conta própria, mas por provocação", afirmou. "Já colocamos a Fiol como um dos projetos mais importantes do Brasil e, sem dúvida, o mais importante da Bahia. Cabe agora à sociedade baiana mostrar engajamento e se mobilizar ao nosso lado em favor da ferrovia", completou durante evento que contou com representantes da Associação Comercial da Bahia (ACB), Federação das Indústrias da Bahia (FIEB), Sindicato das Indústrias Extrativas de Minerais Metálicos no Estado da Bahia (Sindimiba), Federação de Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FaeB), entre outros.

A intenção do ministro é aproximar partes interessadas da sociedade da baiana do plano de trabalho da pasta que dirige, além do diálogo que está sendo feito com o Tribunal de Contas da União, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

"O trecho 1, de Ilhéus a Caetitê, já está no TCU e assim que sair já publicamos o edital para o leilão. Já temos o trecho 2, até Barreiras, em execução e recentemente colocamos o Exército em um dos lotes", listou. No encontro, também foi atualizado aos representantes o trabalho que tem sido feito de duplicação de trechos das BR-101 e 116.

●● Já colocamos a Fiol como um dos projetos mais importantes do Brasil e, sem dúvida, o mais importante da Bahia. Cabe agora à sociedade baiana mostrar engajamento e se mobilizar ao nosso lado
Tarcísio Freitas

Ministro da Infraestrutura

ESTADO ABRE CADASTRO PARA A LEI ALDIR BLANC

RENDA EMERGENCIAL Trabalhadores da área de cultura que pretendem receber a renda emergencial da Lei Aldir Blanc precisam realizar o Cadastro Estadual, promovido pelas secretarias de estaduais de Cultura (Secult-BA) e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). Para ter direito, é preciso se enquadrar nos critérios e limitações dispostos na regulamentação federal, de 17 de agosto de 2020. A ficha de cadastro pode ser acessada pelo link da bio do Instagram @secultba. A renda emergencial terá o valor de R\$ 600, em pagamentos mensais retroativos a 1º de junho de 2020. Conforme legislação federal, a renda é limitada até duas pessoas da mesma unidade familiar, cada uma recebendo R\$ 600. O trabalhador deve ter atuação social ou profissional nas áreas artística e cultural, pelo menos nos vinte e quatro meses anteriores à publicação da Lei nº 14.017.

O link para inscrição está no Instagram da Secretaria de Cultura do Estado

Mais*

BAHIA CONTINUA NO VERMELHO, EMBORA TENHA MELHORADO; SALVADOR SEGUE EVOLUINDO

Educação baiana na recuperação

Ideb Estado segue nas últimas posições do ranking, mas registra notas melhores

Marcela Villa*

REPORTAGEM
marcela.villa@redesbahia.com.br

O Ministério da Educação (MEC) divulgou ontem os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2019 e os números não são animadores: a Bahia teve o terceiro pior desempenho do Brasil entre os alunos do Ensino Médio. Empatado com o Rio Grande do Norte, a nota dos baianos - 3,5 - só foi pior do que a dos estudantes do Amapá e Pará (3,4) e está longe da meta estipulada para este ano, que era de 4,5. A média brasileira foi de 4,2, também abaixo do previsto, de 5,0.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a Bahia ocupa o penúltimo lugar no ranking, ao lado de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pará, com uma nota de 4,1. A avaliação está abaixo do planejamento estadual, de 4,5. A pior média foi do Amapá, de 4,0, e somente sete estados conseguiram alcançar o objetivo.

Em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o cenário melhora um pouco - a Bahia subiu e ficou com a sexta pior avaliação, com uma nota de 5,3, isto é, seis décimos acima do objetivo do estado, de 4,7. Os piores resultados estão no Rio Grande do Norte (5,2), Sergipe (5,1), Maranhão (5,0), Pará e Amapá (4,9). O Brasil atingiu a média desejada somente nos anos iniciais, registrando 5,9. Já nos anos finais, a nota ficou em 4,9 - três décimos abaixo da meta.

Por outro lado, mesmo ainda estando entre os piores do país, o índice da Bahia vem melhorando nos últimos anos. O secretário de educação da Bahia Jerônimo Rodrigues ressalta os esforços feitos na rede estadual de ensino nos últimos anos, que se mostraram nos números: na rede estadual de ensino, a nota foi de 2,7 para 3,2 entre os alunos do Ensino Médio. "Nós investimos na formação de professores, temos agora um coordenador pedagógico e reativamos o sistema estadual de avaliação. Somos o estado que mais cresceu no Nordeste", analisa o secretário.

2017 para 5,6 em 2019 - índice superior à meta estabelecida para 2021. No Ensino Fundamental II, esses números passaram de 3,9 em 2017 para 4,3 em 2019, ultrapassando a meta estabelecida pelo MEC. Se compa-

5,3

Foi a nota da Bahia no Ensino Fundamental (anos iniciais), 6 décimos acima da meta, sendo o 6º pior estado do país

4,1

Foi a nota da Bahia no Ensino Fundamental (anos finais), 4 décimos abaixo da meta, sendo o 2º pior estado do país, ao lado de outros três

3,5

Foi a nota da Bahia no Ensino Médio, um ponto abaixo da meta estadual, sendo o 3º pior estado do país

AS MELHORES E PIORES ESCOLAS DE 2019

AS 10 MELHORES

Colégio Militar de Salvador	7,1
Colégio da Polícia Militar - Unidade II Cpm Lobato	5,5
Centro Estadual de Educação Profissional em Música	4,9
Colégio da Polícia Militar - Cpm Jeoa Florencio Gomes	4,7
Colégio Estadual Cpm Luiz Tarquínio	4,6
Colégio Estadual Ypiranga - Tempo Integral	4,4
Colégio Estadual Professora Elisabeth Chaves Veloso	4,2
Colégio Estadual Professora Maria Anita	4,2
Colégio Estadual Conselheiro Vicente Pacheco de Oliveira - Tempo Integral	4,1
Colégio Estadual Sateite	4,1

AS 12 PIORES

Colégio Estadual Batista Neves	2,3
Colégio Estadual Alberto Santos Dumont	2,4
Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães - Tempo Integral	2,6
Colégio Estadual Doutor João Pedro dos Santos	2,7
Colégio Estadual Alípio Franca	2,7
Colégio Estadual Ana Cristina Prazeres Mota Pires	2,8
Colégio Estadual Raymundo Malta	2,8
Colégio Estadual Sara Violeta de Mello Kertesz	2,9
Colégio Estadual Professora Noemia Rego	2,9
EE - Colégio Estadual Polivalente San Diego	3
EE - Colégio Estadual Professor Carlos Alberto Cerqueira	3
EE - Colégio Estadual Sete de Setembro	3

Fonte: Ministério da Educação - MEC

CORREIO GRÁFICOS

MELHORES

O Ideb é um índice utilizado pelo MEC para avaliar o desempenho dos estudantes de escolas públicas - redes estadual, municipal, e federal - e privadas, em três níveis: no 5º ano, que se refere às notas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no 9º ano (anos finais do Ensino Fundamental), e no 3º ano do Ensino Médio. O índice, que vai de 0

a 10, é calculado com base na aprovação escolar e nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ao qual os alunos são submetidos a provas de Matemática e Língua Portuguesa.

Na Bahia, a melhor nota, de 7,1, foi do Colégio Militar, e a pior foi do Colégio Estadual Batista Neves, de 2,3. No relatório divulgado pelo MEC, somente as escolas públicas es-

tauais estavam com os dados do Ideb 2019 atualizados. Os Idebs mencionados de caráter nacional referem-se aos dados totais, que incluem escolas públicas e privadas das zonas urbana e rural. Já os regionais incluem as escolas das redes pública e privada somente da zona urbana.

A pesquisadora e gestora de projetos educacionais Patrícia Mota Guedes, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Itaú Social, alerta que, apesar dos números não tão promissores, existe uma luz no fim do túnel, já que o Ideb baiano vem aumentando nos últimos anos nos três níveis. "É preciso olhar a evolução daquele estado em relação a suas metas. Nesse sentido, temos algumas boas notícias, porque a Bahia superou a meta do Ideb para os anos iniciais", analisa a pesquisadora.

Patrícia sinaliza ainda que, apesar da importância do índice, existem alguns critérios subjetivos de avaliação que escapam aos números. "É um termômetro importante, mas sozinho não dá os caminhos necessários para apoiar os professores, para fazer um planejamento pedagógico, para analisar a granularidade das diferenças em sala de aula", pontua.

TEMPO INTEGRAL

Para progredir no ranking e na qualidade do nível de ensino, a sugestão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB), o professor Rui Oliveira, é investir mais em escolas de tempo integral, a fim de fixar a aprendizagem em sala de aula com atividades lúdicas no turno oposto. Além disso, com esse método, a defasagem entre os alunos poderia ser reduzida, acredita o professor.

"Os alunos do fundamental vêm com muitas dificuldades e deficiências, e você pode corrigir esse contraponto com escolas de tempo integral. Educação não se resume à sala de aula, e a escola é um espaço que vai tornar você um homem crítico", defendeu Oliveira. Ele citou como exemplo Pernambuco, estado que tem investido nessa prática e ganhou destaque no Nordeste, assim como o Ceará.

*SOB ORIENTAÇÃO DA SUBEDITORA
FERNANDA VARELA

Salvador é uma das capitais que mais avançaram

Mais uma vez, Salvador registrou crescimento na avaliação positiva da Educação. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2019, no Ensino Fundamental I, Salvador cresceu de 5,3 em

2017 para 5,6 em 2019 - índice superior à meta estabelecida para 2021. No Ensino Fundamental II, esses números passaram de 3,9 em 2017 para 4,3 em 2019, ultrapassando a meta estabelecida pelo MEC. Se compa-

radados a 2013, os índices dos dois segmentos registraram crescimento acima de 40%. Salvador está entre as três capitais que mais avançaram no IDEB nos dois segmentos nesse período.

O município subiu duas posições no ranking entre as capitais, passando para o 16º lugar no Ensino Fundamental II. E avançou uma posição no Fundamental I, ficando no 15º lugar. Em 2013, Salvador estava na última colocação.

"São conquistas a serem comemoradas. Salvador vem mudando o cenário da educação municipal desde 2013 e o Ideb é reflexo disso", comemorou o secretário municipal da Educação, Bruno Barral.

VALTER PORTES/AGÊNCIA FAP



O prefeito ACM Neto fez o anúncio da prorrogação do programa Salvador por Todos até dezembro, nesta terça

Auxílio de R\$ 270 por mais três meses

Informais Além do benefício, prefeitura segue com distribuição de cestas básicas

Gil Santos
REPORTAGEM
gilvan.santos@reddebahia.com.br

O benefício de R\$ 270 mensais que a prefeitura está pagando para a população mais vulnerável de Salvador desde abril será prorrogado por até três meses.

Nesta terça-feira, em entrevista virtual, o prefeito ACM Neto anunciou que vai encaminhar para a Câmara Municipal o projeto de lei que pede autorização para ampliar o programa Salvador por Todos até dezembro.

Neto frisou que está solicitando autorização para fazer os pagamentos até o final do ano, mas que a situação será analisada mês a mês. O investimento é de R\$ 5 milhões a cada parcela. O prefeito disse também que o programa deu apoio e amparo para as pessoas mais pobres.

“Vamos continuar pagando porque a repercussão social da crise econômica instalada no país em função da pandemia continua existindo

e se estende, mesmo com a retomada de diversas atividades e com o retorno de uma série de setores. Nós ainda temos milhares de pessoas que trabalham na informalidade e que ainda não puderam voltar às suas atividades e não conseguiram recompor a renda, além daquelas que estão desempregadas”, disse.

O benefício continuará sendo pago para as pessoas que já vinham recebendo, mas não haverá inclusão nem exclusão de novas categorias. Entre os contemplados estão ambulantes, barraqueiros, donos de quiosques, baianas de acarajé, guardadores de carro, recicladores, baleiros, taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo - estas três últimas categorias a partir de 60 anos.

ALIMENTAÇÃO

Outra novidade anunciada pelo prefeito foi a desativação em outubro de cinco centros de distribuição de alimentos que funcionam na Barroquinha, Itapuã, estacionamento São Raimundo, Pau da Lima, e São Tomé de Paripe. As pes-

soas cadastradas nesses espaços serão incluídas no Salvador por Todos.

“Um das razões pelas quais estamos fazendo isso é porque, quando veio o momento mais forte da pandemia, teve gente que perdeu a atividade, deixou de ter renda e foi morar na rua. Mas depois, com a diminuição do risco, essa pessoa voltou a ter um lar. Então, não justifica ela estar recebendo a quantinha, é melhor o benefício”, disse.

Entre abril e agosto, o Salvador por Todos contemplou 34 mil pessoas, com investimento de R\$ 31 milhões. Nesse mesmo período a prefeitura distribuiu 523 mil quantinhas. Para a vendedora ambulante Vilma Oliveira, 43, a prorrogação foi bem-vinda: “A crise chegou para todos, mas para quem não tinha outras formas de renda foi ainda pior. Esse dinheiro está sendo a salvação”.

A doação de cestas básicas para mototaxistas e para pessoas em vulnerabilidade social também será prorrogada pelos próximos três meses. Serão R\$ 6 milhões de inves-

timentos mensais. Entre abril e agosto, o município distribuiu 98 mil cestas básicas para famílias em situação de pobreza, além das 811 mil entregues para estudantes da rede municipal de ensino.

BALANÇO

ACM Neto aproveitou para fazer um balanço da pandemia na capital. No período entre abril e agosto, a crise provocou despesas de R\$ 412 milhões que a receita não conseguia cobrir. O rombo nos cofres público foi de R\$ 283 milhões.

Na ocasião, ele destacou as 101 ações planejadas e executadas pela prefeitura para a retomada da economia como iniciativas para ajudar a alavancar novamente os setores. O prefeito citou como exemplo o projeto de lei que tramita na Câmara Municipal que estabelece novas medidas tributárias para pequenos e médios empresários.

No campo da saúde, a crise acabou incentivando a criação de 253 novos leitos de UTI, superando a meta de 250 estabelecida pelo município no início da pandemia, além de 271 leitos clínicos e de três hospitais de referência para tratar pacientes com covid-19, no Wet'n Wild, Sagrada Família, e Itáigara Memorial. A expectativa é que parte desses leitos permaneça em atividade após a crise. Nesse período foram criados seis gripários, o Samu recebeu 20 novas ambulâncias e ampliou em 50% a capacidade de atuação.

As medidas de isolamento setorizado estiveram presentes em 47 bairros, onde vivem 1,4 milhão de pessoas. Nessas localidades foram aplicados 126 mil testes rápidos para covid-19, entre abril e agosto, onde 34 mil testaram positivo. Foram realizadas 268 mil fiscalizações que resultaram em 7,5 mil interdições e 99 cassações de alvará.

Está semana, cinemas, teatros e centro de eventos e convenções foram autorizados a retomar o funcionamento, com algumas restrições e protocolos de segurança. Já o isolamento setorizado continua em Águas Claras, Pernambuco, Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, São Cristóvão e Mata Escura. Nesses seis bairros o comércio está autorizado a funcionar, apenas 10h às 16h.

“Vamos continuar pagando porque a repercussão social da crise econômica instalada no país em função da pandemia continua existindo e se estende, mesmo com a retomada de diversas atividades ACM Neto

prefeito de Salvador



Dona Regina, assim como os demais clientes, só pode levar algumas unidades de leite: "Engraçado que limitaram o que mais subiu de preço"

Os vilões: preços do arroz, feijão, leite e óleo disparam

O preço da cesta básica tem ficado cada vez mais salgado para os balanos durante a pandemia. Isso porque produtos como arroz, óleo e leite, que são presença certa nas nossas cestas básicas, estão saindo dos mercados e atacados por valores que estão aumentando progressivamente. Cada um destes itens apresenta uma razão diferente para o aumento de acordo com informações da Associação Bahiana de Supermercados (Abase).

Não é só a escassez de produtos que influencia no aumento dos valores destes itens. Isso é o que garante Joel Feldman, presidente da Abase. Segundo ele, há outros fatores que agem diretamente no valor do arroz, por exemplo. "A escassez só é causa de aumento para o óleo, que, realmente, está em falta e, por isso, aumentou. Mas, no caso do arroz, o que se tem é uma preferência dos produtores em exportar o alimento e não comercializá-lo internamente devido ao menor potencial de compra do país no momento", afirma. Apesar de estar em alta, o valor do leite e derivados não é determinado pela escassez segundo informações de Joel Feldman.

O presidente da Abase não disse ao CORREIO que não tem nenhuma informação sobre a possibilidade de baixa produção do item, que é material quase que indispensável no cotidiano do brasileiro, o que derrubaria a hipótese do aumento estar ligado à lei de oferta e procura. O CORREIO foi às prateleiras dos supermercados para conferir o preço desses itens em três grandes redes de comercialização. Confira.

COMPARE OS PREÇOS

● ARROZ

Emoções R\$ 3,99 (Big Bompreço) e R\$ 4,29 (Rede Mix)

Camilli R\$ 4,29 (Big Bompreço e Rede Mix)

● ÓLEO DE SOJA

Soya R\$ 5,99 (Big Bompreço) e R\$ 5,69 (Rede Mix)

Primer R\$ 5,99 (Big Bompreço) e R\$ 5,69 (Rede Mix)

● LEITE

Em caixa Piracanjuba R\$ 5,39 | Betânia R\$ 4,19 | Damare R\$ 4,39 (Big Bompreço)

Em pó (800gr) Itambé R\$ 20,98 | Camponesa R\$ 21,98 | Betânia R\$ 20,98 (Rede Mix)

Mercados limitam compra de produtos

Vendas Além do arroz, leite, feijão e óleo de soja estão com oferta racionada

Wendel de Novais*

REPORTAGEM

wendel@novais.com.br

Toda semana é uma preocupação nova para a feira do soteropolitano. Depois do aumento expressivo no preço do arroz, agora, os cidadãos estão com a pulga atrás da orelha por outro motivo: a limitação da venda de alguns produtos, como arroz, óleo e leite, que passam por racionamento nas unidades dos grandes mercados de Salvador. Na maioria desses estabelecimentos, só se pode comprar até 10kg de arroz, 12 unidades de garratas de óleo de soja, 10 unidades do leite de caixa e 5 pacotes do leite em pó de 200g. Em alguns casos, até o feijão, que está com os preços nas alturas, passa por racionamento de vendas.

O CORREIO foi às lojas para conferir onde a limitação ocorre, a causa do racionamento e o que os soteropolitanos acham do caso. Os entrevistados contaram que já tinham percebido as alterações nas prateleiras e, em sua maioria, afirmaram estar preocupados com a possibilidade da escassez dos itens nos estoques ser a causa para a imposição do limite de compras. Um cliente, que não quis se identificar, opi-

nou que os mercados estão fazendo isso para evitar que as pessoas extrapolem. "Provavelmente, tem algo em falta pra eles fazerem isso. O povo é todo desordenado e, quando vê um negócio em falta, corre todo afobado pra estocar. Aqui, as pessoas levam a sério o 'farinha pouca, meu pirão primeiro'", diz.

Limitar a comercialização desses produtos não é uma ação ocasionada apenas pela escassez. Entre os produtos com venda racionada, só o óleo de soja não está largamente disponível nas distribuidoras. Para os outros, existem fatores diferentes que influenciam nesse processo. É o que garante Joel Feldman, presidente da Associação Bahiana de Supermercados (Abase): "Em alguns casos, a limitação pode acontecer por conta de promoções para que a maioria dos clientes possa ter acesso. Normalmente, a limitação está ligada a essa tentativa de evitar que o comerciante de mercados menores leve todos os produtos em promoção, por exemplo".

QUE OFERTA?

No caso do Extra, localizado na Vasco da Gama, é justamente essa a justificativa que se vê nos cartazes que informam a limitação de compra: "Para que todos aproveitem essa oferta". O problema é que a oferta informada não é percebida, de fato, nos preços. No local, encontra-se o óleo de soja praticamente tabelado: a maioria saindo por R\$ 6,99. É o maior preço entre os mercados visitados pelo CORREIO, que foi ainda ao Rede Mix, Big Bompreço, Bompreço (as duas últimas são da mesma rede, a Big, antiga Walmart).

O arroz, que não está barato em nenhum lugar, no Extra não sai por menos de R\$ 4,79,

enquanto, em outros estabelecimentos, como o Big Bompreço, é possível encontrar o arroz da mesma marca por menos de R\$ 3,99. No caso do feijão, que também tem venda limitada, só dá pra sair com um quilo desembalsando, no mínimo, R\$ 6,89.

O Extra foi procurado para explicar quais motivos levaram a rede a limitar a venda desses produtos e confirmar se isso estaria associado a uma promoção. Por meio de assessoria, a rede informou que a limitação ocorre para que todos possam adquirir arroz, óleo, feijão, leite em caixa e leite em pó, que são os produtos limitados pelo mercado: "O Extra informa que, para que um maior número de clientes possa se abastecer, a rede está limitando a compra dos produtos em lojas por tempo indeterminado".

Sobre o arroz, o presidente da Abase acredita que a ação de limitar esteja ligada diretamente ao preço do grão, o que faz com que o mercado tenha menos do produto em estoque e queira distribuir de maneira mais uniforme. "O arroz subiu muito de preço porque há uma preferência pela exportação do produto, que é algo mais rentável, neste momento, para o produtor. Então, os mercados daqui têm menos potencial de adquirir esse item para comercializar", explica.

*SOM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

●● Deve ter algo em falta pra eles fazerem isso. Aqui, as pessoas levam a sério o 'farinha pouca, meu pirão primeiro'

cliente que não quis se identificar

10KG

de arroz é a quantidade limitada por cliente nos mercados

12 unidades de óleo de soja

10 unidades de leite em caixa

10 pacotes de leite em pó

ENTREVISTA FÁBIO VILAS-BOAS

Adele Robichez*

REPÓRTER
redacao@correio24horas.com.br

A tão sonhada vacina para a covid-19 deve demorar. Ela só deve começar a ser aplicada nos balanos a partir de março de 2021. A estimativa foi feita por Fábio Vilas-Boas, secretário da Saúde da Bahia, ontem no programa ao vivo Saúde & Bem-Estar, apresentado pelo jornalista Jorge Gauthier no Instagram do jornal CORREIO (@correio24horas).

Ainda que a Bahia tenha a parceria com a Rússia em andamento para a distribuição de 50 milhões de doses da vacina, o secretário destacou que o prazo para o início da imunização ainda depende da aprovação e registro da vacina junto à Anvisa. Além disso, reforçou que, na rede pública, a vacina não terá como contemplar todos os balanos. "A prioridade serão as pessoas que são grupos de risco".

São 6 meses do início da pandemia no estado e ultrapassamos os 6 mil mortos. Quais os principais acertos e o que poderia ter sido feito diferente?

Nós nos programamos com muita antecedência. Primeiro, cuidamos da parte diagnóstica, com o Laboratório Central do Estado para podermos fazer o mais importante: obter o diagnóstico correto. Por conta disso, pudemos tomar decisões de maneira rápida, com bases diárias. Isso impediu que houvesse uma lockdown geral do estado, o que causaria uma fadiga precoce e possível desobediência da população, que colaborou desde o início, respeitando as medidas preventivas. Foi fundamental a junção do governo, prefeituras, população e apoio da imprensa durante este período. Se nós pudéssemos ter previsto a pandemia com antecedência, teríamos adquirido equipamentos mais precocemente, não teríamos tido momentos onde ficamos 'apertados'. Apesar disso, não houve consequências graves.

Há uma percepção de que a população tem relaxado ultimamente, que esqueceu da pandemia. Dá uma sensação de 'enxugando gelo'? Quando vejo uma pequena parcela da população começando a desrespeitar o distanciamento, fico preocupado porque esse grupo pode colocar em risco pessoas que não se expuseram ao vírus. É lamentável algumas situações, como paredões e pessoas andando em lojas sem máscaras.

●● Foi fundamental a junção do governo, prefeituras, população e apoio da imprensa durante este período

●● Não é hora de relaxar, se nós hoje estamos com taxas de internação menores do que 50%, foi fruto de esforço coletivo

●● A previsão mais racional é que a vacinação comece aqui apenas em março de 2021. E será uma vacina de duas doses - com intervalo estimado de 21 dias entre as doses

●● A vacina é apenas para o grupo de risco, que tem maior chance de morrer. Não haverá vacina para todo mundo em um primeiro momento, é desnecessário

●● Espero conseguir deixar um legado positivo de expansão de UTIs no estado

●● Caso haja uma nova pandemia, estaremos prontos. A chance de acontecer é real. A questão não é se vai acontecer, mas quando



'A vacina é apenas para o grupo de risco'

Mas as prefeituras têm trabalhado para dissolver estes focos de rebeldia. Não é hora de relaxar, se nós hoje estamos com taxas de internação menores do que 50%, foi fruto de esforço coletivo. Não é hora de colocar tudo a perder. É possível que haja uma segunda onda da doença, pois foi o que aconteceu em todo o mundo. Estamos preparados, com leitos disponíveis, caso isso aconteça.

Há um desejo das pessoas de que teremos vacina em outubro. Qual o cronograma real de planejamento da vacina?

As vacinas estão em fase de teste. Quando a vacina estiver aprovada, lá em novembro, a prioridade de vacinação será para aqueles que enfrentam o maior risco. A primeira será população do Hemisfério Norte, que estará confinada em casa com temperaturas muito frias fora. Depois, a população do Hemisfério Sul, que tem o seu inverno no meio do ano. Os grupos de risco serão prioridade. Na Bahia, teve uma ação inteligente e oportuna do (governador) Rui Costa: quando todos tinham preconceito com a vacina russa, devido a propagandas enganosas do Ocidente, ele firmou uma parceria com ela. Através da Bahia, o Brasil terá prioridade de 50 milhões de doses. E ela só será vendida no país de-

pois de aprovada pela Anvisa. A previsão mais racional é que a vacinação comece aqui apenas em março de 2021. E será uma vacina de duas doses - com intervalo estimado de 21 dias entre as doses. O que é preocupante, pois aderência à segunda dose, que acontecerá cerca de um mês depois, geralmente é menor. E vai faltar seringa no mundo, mas a Bahia já está se preparando.

Vai ter vacina para todos os balanos?

A vacina é apenas para o grupo de risco, que tem maior chance de morrer. Não haverá vacina para todo mundo em um primeiro momento, é desnecessário. Segue a mesma lógica da gripe H1N1. No Brasil a vacina será gratuita, a partir do Programa de Imunização Nacional.

É possível voltar às aulas em segurança ainda este ano?

Depende da escola e da região. Uma série de variáveis precisa ser avaliada: taxas de ocupação de leitos, escolas com ar condicionado split - que renova o ar da própria sala -, disponibilidade de pias para lavar as mãos... De acordo com uma pesquisa recente feita por nós no Subúrbio de Salvador há 5% de alunos e professores assintomáticos com o vírus. Na escola isso seria uma alta taxa de transmissão.

Como estão sendo planejadas

ações em caso de segunda onda do vírus?

Estamos mantendo uma reserva ampla de leitos de UTI. Estamos desmobilizando leitos, mas a infraestrutura está presente. Não faz sentido pagar 100 leitos e usar 10, 20. Então eles serão transformados em leitos para outras doenças - como cirurgias eletivas, que estão voltando a ser feitas. Caso haja uma segunda onda, os leitos serão reativados e não haverá necessidade de obras físicas, como no início da pandemia no Brasil.

Quando os hospitais de campanha serão desativados se continuarmos nessa progressão de menor taxa de transmissão? E o que vai ser feito com os equipamentos?

Existem dois tipos de hospital: o de campanha, que é provisório, e leitos de UTI construídos dentro de hospitais. Estamos avaliando quais e quantos leitos das UTIs novas que foram criadas serão mantidos como leitos de UTI regulares daqui para frente. Temos que ver como bancar isso: cada leito custa R\$ 1,6 mil por dia. Espero conseguir deixar um legado positivo de expansão de UTIs no estado. Hoje são cerca de 2,6 mil sem contar os contratados pela prefeitura de Salvador.

Quantos desses 2,6 mil leitos de UTI podem ser mantidos pós-pandemia?

O governo abriu cerca de mil leitos e pretende manter cerca de 60% deles. Abriremos novas UTIs em várias cidades do interior da Bahia. A infraestrutura de oxigênio não vai ser retirada dos hospitais e dos lugares onde foi montada. Assim, caso haja uma nova pandemia, estaremos prontos. A chance de acontecer é real. A questão não é se vai acontecer, mas quando.

Há um aumento de taxas de transmissão no Oeste. Existe expectativa de aumento em função da volta do transporte intermunicipal liberado recentemente?

Oeste está com 76% de taxa de ocupação. Tem leitos sobrando no Hospital do Oeste. Tem leitos sobrando no Hospital do Oeste. Foram construídos 30 novos leitos. Leitos de enfermagem foram transformados em leitos de UTI. Por conta disso, hoje, a situação está tranquila. Existirá o risco de aumentar. Mas há riscos e benefícios. Chega um momento que a sociedade não aguenta. Teriam transportes clandestinos e perigosos. É melhor que seja feito de maneira legal, fiscalizada e segura.

*COM SUPERVISÃO DO CHEFE DE REPORTAGEM JORGE GAUTHIER

QUEM É

● Fábio Vilas-Boas é médico oncologista, graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia e Residente e Doutorado em Cardiologia pelo InCor e pela Faculdade de Medicina da USP, além de Fellow do American College of Cardiology. Tem 53 anos e é secretário da Saúde do Estado da Bahia desde janeiro de 2015, seu primeiro cargo político. É membro da Academia de Medicina da Bahia.

Donaldson Gomes

EDITOR

@donaldsongomes

O turismo foi uma das áreas da economia brasileira mais atingidas pela crise causada pela pandemia do novo coronavírus. E dentro do turismo nenhuma outra foi tão prejudicada quando a promoção de eventos como feiras e convenções. Um exemplo do impacto causado pelo vírus pode ser notado no faturamento da GL Events, empresa global envolvida em toda a cadeia de eventos e que é responsável por administrar o Centro de Convenções de Salvador. Aqui no país, a empresa viu o seu faturamento ser cortado em 90% após as medidas de isolamento social.

E para deixar claro que o problema não se restringe a uma única empresa, o setor de eventos registrou um prejuízo de R\$ 129,1 bilhões no primeiro semestre do ano, segundo dados da União Brasileira dos Promotores de Feiras (Ubrafe). A estimativa é de um prejuízo de R\$ 322,7 bilhões, sendo R\$ 14,7 bilhões apenas para empresas que atuam diretamente com exposições. Aqui na Bahia, foram cancelados 1.248 eventos entre 1º de março e 30 de maio, de acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abec), citados pelo presidente da Salvador Destination, Roberto Duran.

Em relação ao ano atual, há muito pouco a se fazer, acredita o CEO da GL Events no Brasil, Damien Timperio. Entretanto, o executivo acredita que é possível evitar que o ano de 2021 também seja comprometido pela pandemia.

"O nosso setor está suportando com muita dificuldade o que está acontecendo agora e compreendemos que as autoridades, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro, fazem o melhor, mas acredito que as empresas não irão conseguir suportar entrar em 2021 do modo como as coisas estão atualmente", avalia.

Damien Timperio vai detalhar as perspectivas do segmento de eventos corporativos hoje, durante o fórum Agenda Bahia ao Vivo, a partir das 11h. Além dele, o evento com o tema Dados da Gente terá a participação de Ricardo Freire, criador do site Viagem na Viagem; Cheiko Aoki, fundadora e presidente do Blue Tree Hotels; e Fernando Botelho, diretor de marketing da Expedia para a América Latina.

Com base na operação da GL em diversos mercados mundiais, Timperio acredita que o Brasil é o país onde a pandemia mais impactou o mercado de eventos.

Segundo ele, o setor está preparado para um cenário de bastante rigidez em relação à operação nos próximos anos. O executivo diz que a expectativa de quem trabalha com eventos é pela definição

🔴 O nosso setor está suportando com muita dificuldade o que está acontecendo agora Damien Timperio

CEO da GL Events no Brasil, falando sobre a situação do mercado de eventos

🔴 Quando você tem um evento presencial, o hoteleiro, o restaurante e o montador ganham Roberto Duran

Presidente da Salvador Destination, explicando a importância dos eventos

🔴 As pessoas de fora estão vindo como nós estamos sendo cuidadosos neste processo e isso vai mostrar que aqui é um lugar seguro Isaac Edington

Presidente da Saltur



Centro de Convenções de Salvador recebeu investimentos e está preparado para atrair eventos

Segmento de eventos amarga uma crise sem precedentes

Turismo
Empresa chega a registrar um prejuízo de 90% em seu faturamento anual



de regras por parte do poder público, para que o setor possa planejar o seu retorno quando possível.

SALVADOR

A GL chegou a realizar dois grandes eventos no Centro de Convenções de Salvador antes da pandemia, mas precisou reduzir o ritmo desde a pandemia. "Fizemos nosso dever de casa no recebimento técnico do equipamento, planejávamos as políticas de marketing e comercial, mas isso é algo meio abstrato hoje. A gente tinha um portfólio de demandas que estava superior às nossas expectativas, mas não tivemos tempo de assinar", conta.

Ele disse que mesmo com o faturamento zerado aqui na Bahia, os planos da empresa estão mantidos, dependendo apenas de condições para trabalhar. "Mantivemos as equipes que já estavam conosco, nossos planos de novos recrutamento serão executados quando houver condições, mesmo com o fluxo de caixa extremamente negativo", diz.

O presidente da Salvador

Destination, Roberto Duran, destaca que as expectativas do setor são relacionadas com 2021. "Esqueça a possibilidade de eventos corporativos presenciais ainda este ano. A insegurança que temos em relação ao futuro tem repercussão em seis, oito e até dez meses adiante", explica.

Segundo o presidente da Salvador Destination, a entidade segue trabalhando para a captação de eventos, "mantendo o destino vivo", entretanto só conseguirá definir a atração de novos eventos com um protocolo de retomada.

Ele explica que esses eventos são importantes economicamente porque movimentam grandes cadeias de serviços.

Segundo ele, o setor de eventos depende de três pontos para a sua retomada: previsibilidade, segurança e financiamento.

O Fórum Agenda Bahia Ao Vivo 2020 é uma realização do CORREIO, com patrocínio do Hapvida, parceria do Sebrae, apoio da Claro, Sistema FIEB e apoio institucional da Rede Bahia e GFM 90,1.

Salvador opta por reabrir aos poucos

Salvador vai manter o processo de retomada das atividades econômicas de maneira contínua, mas sempre com o foco na segurança da população e dos visitantes, destaca o secretário Municipal de Cultura e Turismo, Pablo Barrozo. "Tivemos algumas medidas voltadas para o setor de eventos e o prefeito ACM Neto deverá anunciar novas assim que as condições permitirem. A perspectiva é esta, vamos continuar fazendo tudo responsavelmente", avisa.

Ele lembra que o estágio atual já permite a utilização de espaços como teatros, cinemas e centros de convenções com até 100 pessoas.

O presidente da Empresa Salvador de Turismo (Saltur), Isaac Edington, destaca que as medidas de segurança adotadas na capital serão um trunfo mais adiante. "As pessoas de fora estão vindo como nós estamos sendo cuidadosos neste processo e isso vai mostrar que aqui é um lugar seguro para elas visitarem", diz.

Ele destaca a sensibilidade da Prefeitura em relação às dificuldades enfrentadas pelo segmento de eventos. "A cidade vive da economia criativa, nós sabemos disso", ressalta.

Edington conta que já existe um protocolo para a retomada de eventos maiores sendo desenhado, mas não quis adiantar detalhes ainda. "Infelizmente não podemos dizer quando isso vai acontecer. Quero lembrar apenas que temos avançado gradualmente, porém sempre com firmeza", diz.

OS TRÊS PILARES PARA A RETOMADA DOS EVENTOS

Previsibilidade Feiras, exposições e convenções costumam ser marcadas com grande antecedência, por isso é importante para quem trabalha na área saber quando será permitido realizar encontros, explica o presidente da Salvador Destination, Roberto Duran.

Segurança Atuar para garantir o controle da pandemia é fundamental para que os turistas se sintam seguros aqui, diz Duran.

Crédito Após um longo período com o faturamento reduzido ou zerado, é necessário oferecer alternativas de crédito, afirma.



Presidente divulgou vídeo justificando porque proibiu a discussão do programa social até o fim do seu mandato

Bolsonaro põe fim ao Renda Brasil

Programa foi cancelado após secretário dizer que aposentadorias seriam congeladas

das Agências

REPORTAGEM
redacao@redet Bahia.com.br

O presidente Jair Bolsonaro desistiu ontem do projeto que seria a marca social de seu governo, o programa Renda Brasil, que estava sendo elaborado para substituir o Bolsa Família, uma bandeira das administrações petistas. Em vídeo divulgado nas redes sociais ele negou notícias recentes de que o Ministério da Economia estaria estudando congelar aposentadorias e cortar benefícios sociais de idosos e deficientes pobres para financiar o Renda Brasil. E mais, "proibiu" a discussão sobre o programa social até o final de seu governo.

Embora não tenha citado o ministro da Economia, o vídeo foi mais crítica pública a Paulo Guedes, que lidera a equipe que estava elaborando o programa Renda Brasil. No vídeo, Bolsonaro disse ter ficado "surpreendido" ao ler as manchetes dos jornais de ontem sobre as medidas em estudo pela equipe econômica para abrir espaço no Orçamento de 2021 para bancar o Renda Brasil, entre elas o congelamento das aposenta-

dorias e pensões por dois anos. Ele afirmou que quem sugere essa medida merece "cartão vermelho". "Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final", afirmou Bolsonaro. Durante a tarde, em evento empresarial, Paulo Guedes negou que o vídeo tenha sido uma crítica a ele (ver box).

CONGRESSO

Após o presidente Jair Bolsonaro enterrar o Renda Brasil até 2022, líderes do Congresso tentam puxar para si a dianteira no debate da pauta social para ampliar o Bolsa Família depois do fim do auxílio emergencial aos vulneráveis. Parlamentares que já estavam envolvidos na elaboração de propostas com foco social veem oportunidade de avançar no reforço do Bolsa Família e na busca de novas fontes de financiamento.

Assessores do presidente Bolsonaro também avaliam que o Renda Brasil pode "renascer" no Congresso. A política tem o apoio de parlamentares aliados do governo, que veem na ampliação dos benefícios um bilhete de passagem para a reeleição.

O Planalto já tinha coloca-

do a discussão do Renda Brasil em ritmo mais lento após decidir pela prorrogação do auxílio emergencial até dezembro, diminuindo o valor de R\$ 600 para R\$ 300 sob a justificativa de se respeitar o a lei do teto de gastos.

Com a decisão de ontem, o governo entende que ganha tempo para um programa que é visto, inclusive, como um puxador de votos para o presidente e todos que o apóiam. Em conversas reservadas, lideranças do governo avisam que o Renda Brasil não está descartado.

Em reunião no Planalto com Guedes no início da tarde, o presidente reiterou que não admitia cortar nada de aposentados. Segundo Bolsonaro, a necessidade de manter o teto de gastos (que limita o avanço das despesas à inflação) diante das novas despesas teria de passar por outros caminhos e que a equipe econômica teria de encontrar meios e ser "criativa", mas sem prejudicar os menos favorecidos. A raiva do presidente foi desencadeada por uma entrevista do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que falou na possibilidade de congelamento das aposentadorias. Guedes não defendeu o auxiliar.

Guedes diz que 'cartão vermelho' não foi para ele

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a "barulheira" em torno do Renda Brasil ontem ocorreu porque "estão conectando pontos que não são conectados", referindo-se às notícias sobre estudos da equipe econômica a respeito da desindexação do salário mínimo em benefícios previdenciários como forma de financiar o novo programa de assistência social.

Guedes disse que o "cartão vermelho" citado pelo presidente Jair Bolsonaro em vídeo nas redes sociais não foi direcionado a ele. "O linguajar, os termos do presidente são sempre muito intensos. Da mesma forma que o líder da notícia dizia que estava tirando direitos dos mais pobres e vulneráveis, não era essa intenção, nunca foi

"O que estava sendo estudado é o efeito da desindexação sobre todas as despesas", disse Guedes no evento online Painel Tele Brasil 2020. "(Para) O presidente pode desindexar tudo, menos os mais pobres", afirmou o ministro.

Estão conectando pontos que não são conectados

Os termos do presidente são sempre muito intensos. Da mesma forma que o líder da notícia dizia que estava tirando direitos dos mais pobres e vulneráveis, não era essa intenção, nunca foi

O que estava sendo estudado é o efeito da desindexação sobre as despesas Paulo Guedes ministro da Economia

Presidente já conhecia estudo sobre congelamento

A ordem do presidente Jair Bolsonaro para "enterrar" o Renda Brasil chegou ainda na noite de segunda para os integrantes da equipe econômica. O recado foi recebido após o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, ter concedido entrevista sobre o tema e confirmado a ideia de congelar os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílio doença e salário-família) por até dois anos.

Segundo fontes, o clima azedou nos corredores do Ministério da Economia por Bolsonaro ter desistido do programa quando técnicos já estavam debruçados sobre cálculos e propostas, considerados tecnicamente defensáveis, mas que, por serem considerados impopulares, foram abortados publicamente pelo chefe do Executivo.

Apesar de o presidente dizer que foi surpreendido ao ler as manchetes dos jornais sobre o congelamento das aposentadorias, trocas de tabelas já circulavam há muitas semanas com a economia prevista e o alcance de cada medida tanto para a desindexação quanto para o congelamento.

A ordem para "enterrar" o Renda Brasil foi recebida com surpresa pela equipe técnica, pois cálculos já circulavam há semanas dentro do governo

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 16/09/2020	Página: 02

Tribuna

Etanol

O senador Jaques Wagner (PT-BA) entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja suspensa a decisão do governo federal de prorrogar, por mais 90 dias, a cota de importação de etanol, mantendo zero a tarifa de importação do produto americano. Ele solicita que o Ministério da Economia apresente estudos e dados técnicos e econômicos que justifiquem legalmente a medida adotada. "Foi noticiado pela imprensa que tal decisão tem intuito eleitoreiro, e busca favorecer a reeleição do presidente dos Estados Unidos. Não se pode permitir que anseios políticos e econômicos, não vantajosos ao Brasil, ou até mesmo a simpatia ou admiração do presidente por líderes de outras nações, sejam a única e maior motivação para a imposição de queda de arrecadação", ressaltou o parlamentar.

Tribuna

TCE-BA participa de auditoria internacional

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) é o único órgão de controle estadual brasileiro que está participando, junto com o Tribunal de Contas da União (TCU), de uma auditoria coordenada ambiental internacional, que tem o objetivo de avaliar as estruturas de governança para a gestão integral de passivos ambientais de mineração. Promovida pela Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), por meio do Grupo de Trabalho de Auditoria de Obras Públicas (GTOP), a auditoria coordenada também terá seu foco voltado para os Objetivos de Desenvolvimento Sus-

tentável (ODS) de números 12 e 15, Consumo e Produção Responsáveis e Vida Terrestre, respectivamente.

Com a conclusão prevista para o início de 2021, a auditoria coordenada sobre gestão de passivos ambientais de mineração está sob a liderança da Controladoria Geral da República do Chile e conta com o apoio técnico e financeiro da Agência de Cooperação Alemã (GIZ). Participam do trabalho 13 países, sendo 13 Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) nacionais e apenas duas Entidades de Fiscalização regionais. Os países que participam da auditoria são Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Sal-

vador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru e República Dominicana.

Entre os Tribunais de Contas regionais, apenas o TCE/BA e da Província de Buenos Aires fazem parte do grupo, todos membros da Olacefs – Organização Latino-Americana de Entidades Fiscalizadoras Superiores. Em decorrência da Pandemia do Covid19, todas as reuniões de trabalho têm ocorrido por videoconferências, e os participantes da auditoria contam com espaço virtual para capacitação e compartilhamento de informações relacionadas ao gerenciamento do passivo ambiental de mineração em seus paí-

ses e unidades regionais.

O principal evento internacional foi realizado entre os dias 3 e 26/06/2020, consistindo em um Workshop Virtual de Planejamento e Capacitação, no qual foi discutida a Matriz de Planejamento da Auditoria Coordenada, bem como iniciada a construção preliminar da Matriz de Planejamento Local das Entidades de Fiscalização participantes. Na última quarta-feira (9/09), o TCE/BA, por intermédio da 7ª Coordenadoria de Controle Externo, promoveu um painel de referência para a discussão da matriz de planejamento dessa Auditoria Coordenada em Passivos Ambientais de Mineração (PAM).

Tribuna

Contrariado, Jair Bolsonaro 'enterra' Renda Brasil

EMILLY BEHNKE, O ESTADO DE S. PAULO

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que merece "cartão vermelho" quem sugere congelar aposentadorias. Ele também enterrou de vez o programa Renda Brasil, que nem chegou a ser anunciado, mas estava em formulação para ser o substituto do Bolsa Família.

"Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final", afirmou Bolsonaro, em vídeo postado nas redes sociais.

O presidente disse ter ficado "surpreendido" ao ler as manchetes dos jornais desta terça-feira sobre as medidas em estudo pela equipe econômica para abrir espaço no Orçamento de 2021 para bancar o novo programa assistencial, entre elas o congelamento das aposentadorias e pensões por dois anos.

A intenção era aproveitar a experiência do auxílio emergencial, que acaba no fim do ano, e criar um programa que aumentasse o valor do benefício do Bolsa Família. Bolsonaro e a equipe econômica, porém, não conseguiram chegar a um acordo sobre os cortes em gastos do governo que deveriam ser feitos para finan-



BOLSONARO

Presidente desistiu de lançar seu "Renda Brasil"

ciar o novo programa, o que vinha deixando suspensa a criação do novo programa.

"Eu já disse, há poucas semanas, que eu jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos. Quem porventura vier propor para mim uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho. É gente que não tem o mínimo de coração, o mínimo de entendimento de como vivem os aposentados do Brasil", disse o presidente.

A ideia de congelar os benefícios previdenciários (aposentadorias, pensões, auxílio doença e salário-família) por dois anos foi con-

firmada pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. A medida atingiria tanto quem ganha um salário mínimo (hoje, em R\$ 1.045), como quem recebe acima disso e permitiria, inclusive, benefícios menores que o piso - o que é proibido atualmente.

"A desindexação que apoiamos diretamente é a dos benefícios previdenciários para quem ganha um salário mínimo e acima de um salário mínimo, não havendo uma regra simples e direta (de correção). O benefício hoje sendo de R\$ 1.300, no ano que vem, ao

invés de ser corrigido pelo INPC, ele seria mantido em R\$ 1.300. Não haveria redução, haveria manutenção", disse o secretário ao site G1.

"Quero dizer a todos vocês. De onde veio? Pode ser que alguém da equipe econômica tenha falado nesse assunto, pode ser, mas por parte do governo jamais vamos congelar salário de aposentados como jamais vamos fazer com que o auxílio para idosos e pessoas com deficiência seja reduzido para qualquer coisa que seja", disse o presidente. No texto que acompanha o vídeo no Facebook, Bolsonaro classifica a ideia como "um devaneio de alguém que está desconectado com a realidade".

GUEDES É CHAMADO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, foi convocado ao Palácio do Planalto para se explicar. Ele participaria do evento online "Painel Tele Brasil 2020", às 9h30. Segundo a organização do evento, o ministro foi chamado para uma reunião de última hora com o presidente Jair Bolsonaro e sua fala passou para as 12 horas.

Questionada se Guedes já se encontra no Palácio do Planalto, a assessoria do ministério não soube informar onde o ministro está. / COLABORARAM THAIS BARCELLOS E EDUARDO RODRIGUES

GUEDES

'Cartão vermelho' de Bolsonaro não foi para mim

THAIS BARCELLOS E EDUARDO RODRIGUES, O ESTADO DE S. PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a "barulheira" em torno do Renda Brasil ontem ocorreu porque "estão conectando pontos que não são conectados", referindo-se às notícias sobre estudos da equipe econômica a respeito da desindexação do salário mínimo em benefícios previdenciários como forma de financiar o novo programa de assistência social.

Guedes disse que o "cartão vermelho" citado pelo presidente Jair Bolsonaro em vídeo nas redes sociais não foi direcionado a ele.

"O linguajar, os termos do presidente são sempre muito intensos. Da mesma forma que o lide da notícia

dizia que estava tirando direitos dos mais pobres e vulneráveis, não era essa intenção, nunca foi", argumentou, dizendo que a intenção do presidente foi esclarecer.

O presidente disse, no vídeo, ter ficado "surpreendido" ao ler as manchetes dos jornais desta terça-feira sobre as medidas em estudo pela equipe econômica para abrir espaço no Orçamento de 2021 para bancar o Renda Brasil, entre elas o congelamento das aposentadorias e pensões por dois anos. Ele afirmou que quem sugere essa medida merece "cartão vermelho". "Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final", afirmou Bolsonaro.

"O que estava sendo estudado é o efeito da desin-

dexação sobre todas as despesas", disse Guedes no evento online Painel Tele Brasil 2020. "O presidente pode desindexar tudo, menos os mais pobres." Segundo ele, a ideia é devolver o controle dos gastos aos governantes, já que hoje 96% dos gastos da União são obrigatórios, assim como os de Estados e municípios.

O ministro lembrou que, desde início, o presidente disse que não queria acabar com programas sociais para criar o Renda Brasil, e que foi uma decisão política.

Guedes também afirmou que o governo buscava uma aterrissagem suave do auxílio emergencial, que, por decisão do presidente, foi estendido até o fim do ano. "Estendeu o auxílio, então

estudos prosseguiram para ver onde aterrissaria o auxílio emergencial em 1.º de janeiro. Quando estudos são formulados, discutidos, vão para mídia, não tem problema nenhum, o problema é ligar uma coisa à outra."

"O presidente está dizendo que a mídia está dizendo que eu estou querendo tirar dinheiro de pobre para dar para mais pobres. Eu não vou fazer isso. Acabou o Renda Brasil", repetiu.

Para o ministro, ao enterrear o Renda Brasil, o presidente Jair Bolsonaro "reafirmou o conceito de responsabilidade fiscal". "O presidente disse: Não vou furar o teto e nem tirar dos mais pobres para anabolizar o Renda Brasil. Não há nenhuma tentativa populista de furar o teto."

Pito mostra governo perdido com o auxílio emergencial chegando ao fim

ADRIANA FERNANDES*, O ESTADO DE S.PAULO

O papel de defensor dos "pobres e paupérrimos" encarnado pelo presidente Jair Bolsonaro serve para aumentar apoiadores, mas revela que o governo ainda está muito perdido sobre o que fazer no "dia depois" do fim do auxílio emergencial dado à população vulnerável durante a pandemia da covid-19.

O relógio está correndo contra o presidente e sua equipe. E não apenas para a equipe econômica do ministro Paulo Guedes, mas para todo o governo federal e também os seus líderes no Congresso.

Afinal, o presidente e a ala política do governo colocaram "olho gordo" no potencial do auxílio para aumentar a popularidade do presidente em meio às críticas por causa da atuação do governo federal no combate à pandemia.

Cobraram a elaboração de um "programa social" novo rápido e mais incorporado do que o Bolsa Família, sem se dar conta que esse Renda Brasil sonhado não cabe no Orçamento e na re-

gra do teto de gasto - que todos eles assumiram em manter.

Passados tantos meses de discussão do ajuste fiscal, não dá para dizer que o presidente e os seus fiéis ministros palacianos não sabiam até o dia de hoje do que se tratava a "desindexação" do Orçamento. Sabiam.

Essa palavrinha foi dita pelo ministro Guedes desde o primeiro dia de governo e também na transição no que ele apelidou de "DDD" - desvinculação, desindexação e desobrigação - e repetidas por ministros e líderes.

O governo não quer mexer em outras despesas ineficientes e, ao contrário, continua trabalhando para manter os privilégios dos "amigos" do presidente, como se viu no episódio do perdão das multas das igrejas.

As opções discutidas são as piores para o momento. O próximo bode expiatório está a caminho. Permanece a dúvida: o presidente desistiu do Renda Brasil como conceito de reestruturar os programas sociais, mas vai tentar estender o auxílio emergencial? O piti de hoje do presidente de nada ajuda.

No Ministério da Economia, clima é de tensão e com possível demissão

VICENTE NUNES, CORREIO BRASILIENSE

As duras críticas do presidente Jair Bolsonaro às propostas da equipe econômica de congelar aposentadorias e pensões para bancar o Renda Brasil caíram como uma bomba no Ministério da Economia. O temor é de que o presidente exija do ministro da Economia, Paulo Guedes, a demissão de técnicos que lidam com o assunto.

"Tensão geral por aqui", limitou-se a dizer ao Blog um técnico do alto escalão da Economia. Todos estão esperando o retorno de Guedes, que foi chamado às pressas ao Palácio do Planalto por Bolsonaro. Um ministro disse que nunca viu o presidente "tão irritado com a equipe econômica". Bolso-

naro falou em dar "cartão vermelho" ao técnico que propôs o congelamento de aposentadorias e pensões.

Na visão de Bolsonaro, ao propor medidas que afetam os mais pobres, a equipe econômica mina sua popularidade entre a população mais pobre, justamente na qual tem conseguido melhorar a imagem do governo. O presidente não está preocupado com a questão econômica, mas com a política, visando a reeleição em 2022.

Para a equipe econômica, a partir de agora, todas as discussões de medidas impopulares para equacionar as contas públicas estão congeladas. Não há mais, segundo os técnicos, espaço para debate público em relação a temas considerados polêmicos por Bolsonaro.

Tribuna

Prefeitura investiu mais de R\$ 400 mi no combate a covid

Foto-Valter Pontes

YURI ABREU
REPORTER

Praticamente seis meses. Esse foi o tempo que já se passou desde que a Prefeitura de Salvador decretou, no dia 18 de março deste ano, situação de emergência na cidade por causa da pandemia do novo coronavírus. Quase 180 dias depois, ontem, o prefeito ACM Neto fez um balanço das ações da gestão municipal no combate a doença, durante uma coletiva virtual em que participaram jornalistas e secretários da administração.

De acordo com ACM Neto, foram investidos R\$ 412 milhões de abril até o último mês de agosto, em ações nos seguintes eixos de atuação: medidas de distanciamento social; fortalecimento do sistema de saúde; ações sociais; higienização e controle sanitário; ações especiais: bairros e transporte público; plano de retomada das atividades; protocolos de reabertura; e as ações para reativação da economia: 101 diretrizes, ao todo, em diversos segmentos.

Por outro lado, o prefeito pontuou as dificuldades

em fechar as contas, devido a, além dos investimentos realizados, a queda brusca na arrecadação que, nos últimos cinco meses fechou em um acumulado negativo de R\$ 288 milhões. Ainda que as receitas extraordinárias para o combate ao novo coronavírus tenham chegado ao montante de R\$ 416 milhões, o saldo final do balanço financeiro terminou no vermelho: R\$ 283 milhões negativos. Mesmo assim, o gestor frisou que se a situação das contas municipais não estivesse melhor do que em relação a outros períodos, a situação estaria mais complicada.

SALVADOR POR TODOS

Também nesta terça-feira, o prefeito informou que vai propor, à Câmara de Vereadores, uma nova prorrogação do programa Salvador Por Todos, que paga o auxílio de R\$270 à população mais atingida pelos efeitos econômicos da crise sanitária, até o mês de dezembro. Ao todo, o investimento será de R\$ 15 milhões levando em conta os meses de outubro, novembro e dezembro.

"Ainda temos milhares de pessoas que não conse-

guiram retomar suas atividades, recompor sua renda, bem como desempregados sem perspectiva de futuro. Por isso, achamos ser necessário prorrogar o auxílio, que poderá ser pago até dezembro, a depender de nossa avaliação em cada mês, bem como outras ações sociais", disse ACM Neto, salientando que as pessoas em situação de rua que recebem refeições em locais espalhados pela cidade também terão direito ao auxílio mensal de R\$ 270.

"Será uma transição. A Prefeitura desativa as bases de distribuição de refeições que montamos para ajudar quem mais precisa durante a pandemia e essas pessoas passam a receber os R\$270", explicou. Dessa forma, esse grupo se junta, após aprovação do projeto, a outras categorias que já recebem a quantia, a exemplo, entre outros, das baianas de acarajé, ambulantes, feirantes, taxistas, motoristas de aplicativos e mototaxistas – no caso dos três últimos, com idade superior a 60 anos.

Criado em março, o Salvador por Todos já beneficiou mais de 37 mil trabalhadores informais ou individuais



INCENTIVOS

Programa Salvador Por Todos deve ser prorrogado atpe dezembro, diz Neto

cadastrados na Prefeitura até o dia 20 deste mesmo mês. O benefício surgiu antes mesmo do auxílio emergencial criado pelo governo federal para ajudar os mais pobres durante a pandemia. A Prefeitura já investiu R\$ 31 milhões na iniciativa, coordenada pela Secretaria Mu-

nicipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre).

Também na coletiva, Neto anunciou a prorrogação, até dezembro, da distribuição de cestas básicas para mototaxistas com idade entre 18 e 60 anos cadastrados até 7 de abril jun-

to à Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob) e para pessoas com vulnerabilidade, residentes em áreas de risco. O investimento nessa ação será de R\$2,4 milhões até dezembro. No total, a Prefeitura já doou, desde o início da pandemia, um milhão de cestas básicas.

38,6% das empresas tiveram impacto negativo em agosto

POLIANA ANTUNES
REPORTER

A pandemia do novo coronavírus atingiu economicamente, em cheio as principais empresas do país. De acordo com a Pesquisa Pulso Empresa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 3,2 milhões de empresas em funcionamento na primeira quinzena de agosto, 38,6% informaram que a pandemia afetou negativamente suas atividades. Destaque foi para o segmento de comércio varejista, onde 48,9% do setor sofreu impacto.

Contudo, para 33,9% das empresas pesquisadas, o efeito foi pequeno ou inexistente e para 27,5% o efeito foi positivo. Empresas de maior porte e intermediárias foram as que mais sinalizaram melhora de percepção. É o caso da Região Nordeste, onde 48,7% reportaram percepção de aumento nas vendas, com apenas 20,4% de perda nas empresas.

Já as Regiões com efeito de diminuição das vendas foi mais percebido por empresas do Sudeste 40,7%, do Centro-Oeste 39,8% e do

Norte 38,3%. Na região Sul, um maior percentual de empresas sinalizou que os efeitos foram pequenos ou inexistentes em relação a quinzena anterior, onde atingiram 46,2%.

Segundo o órgão, entre os setores, a percepção de redução nas vendas foi sinalizada por 44,5% do comércio de veículos, peças e motocicletas 43,7%. Já para 41,3% das empresas de Serviços, 39,4% de Indústria e 45,2% de Construção, resalta-se a maior incidência de efeitos pequenos ou inexistentes sobre as vendas, em relação a quinzena anterior.

Em relação ao período, o IBGE destacou para os efeitos inexistentes e/ou de aumento das vendas na quinzena, sendo que as maiores se saíram bem melhor nesse aspecto. Entre as empresas de grande porte, 80,4% sinalizaram efeito nulo e/ou de aumento nas vendas, enquanto 16,8% sinalizaram percepção de diminuição. Já nas empresas de menor porte, 63,7% sinalizaram efeito nulo e/ou de aumento nas vendas enquanto 36,3% sinalizaram percepção de diminuição.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 16/09/20	



16/09/20 às 07h37 - Atualizado em 16/09/20 às 07h43

Por verba federal, Bahia cria grupo de combate à corrupção e lavagem de dinheiro

Novo grupo funcionará na estrutura do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil do Estado



Foto: Secom / Divulgação

Breno Cunha

breno@varelanoticias.com.br

O governador Rui Costa (PT) criou nesta terça-feira (15), por meio de decreto, a Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (CECCOR/LD).

O novo grupo funcionará na estrutura do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil do Estado.

De acordo com o decreto, publicado no Diário Oficial, a CECCOR ficará responsável por atuar na “repressão integrada e uniforme aos crimes de corrupção, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a Administração Pública e contra a Ordem Tributária”.

O novo grupo terá também a incumbência “planejamento, a coordenação e a avaliação das investigações e das operações nas matérias de sua competência”.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, a criação do CECCOR faz com que a Bahia atenda a um dos critérios para ter direito aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, equivalente a 5%.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 16/09/20	



FGV: ECONOMIA BRASILEIRA CRESCEU 2,4% EM JULHO

A economia brasileira registrou alta de 2,4% em julho na comparação com o mês anterior, segundo dados do Monitor do PIB-FGV, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira (16). Frente ao mesmo mês de 2019, no entanto, o resultado é uma queda de 6,1%.

Segundo a FGV, nos três meses encerrados em julho, houve uma queda de 4% ante os três meses anteriores. Já na comparação com o mesmo período do ano passado, o PIB teve queda de 8,9%.

“A economia segue em trajetória de crescimento no mês de julho. Após ter em abril o seu pior momento econômico, reflexo da pandemia de Covid-19, é possível enxergar considerável melhora em todas as atividades econômicas”, afirma em nota Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV. Ele ressalta, no entanto, que o país “segue com cenário de alta incerteza e com o nível de atividade em patamar ainda muito baixo e se recuperando muito lentamente”.

Segundo o G1, o Monitor do PIB apontou que no trimestre encerrado em julho, em comparação com o mesmo período de 2019: o consumo das famílias caiu 10,1%, com retração de 12,5% no consumo de serviços; os investimentos (formação bruta de capital fixo) tiveram queda de 7,8%, com recuo de 18,1% em máquinas e equipamentos; a exportação teve alta de 4,9%; enquanto a importação encolheu 20%.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Política da fé

Com muitas igrejas se convertendo em negócios, é crucial elevar a transparência de seus rendimentos

Desde 1946, a Constituição brasileira garante a imunidade de igrejas e templos para impostos. O dispositivo, que se manteve inabalável nas Cartas seguintes, tem como objetivo assegurar a liberdade de culto e impedir a criação de tributos que onerem minorias religiosas. Essa garantia, cujo anacronismo talvez merecesse um debate maduro, impede que União, estados e municípios possam cobrar taxas que incidam sobre o patrimônio, a renda ou os serviços promovidos por centros religiosos. No que depende do Congresso e do presidente Jair Bolsonaro, essa lista de privilégios deve crescer ainda mais.

Um projeto de lei aprovado recentemente pela Câmara, originalmente sobre acordos para pagamento de precatórios entre a União e seus credores, veio turbinado por uma emenda do deputado David Soares (DEM-SP).

A proposta estabelece que as igrejas não são obrigadas a pagar contribuições, caso da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e da previdenciária, como as anistas de dívidas tributárias de cerca de R\$ 1 bilhão — um despatúrio em condições normais e injustificável na atual situação.

Os débitos referem-se a cobranças feitas pela Receita Federal, que nos últimos anos identificou manobras de templos para distribuir lucros e remuneração variável a funcionários sem o devido paga-

mento desses tributos.

Premido pela equipe econômica para que vetasse o dispositivo, sob risco de incorrer em crime de responsabilidade, Bolsonaro foi solerte. Seguiu a recomendação, mas apenas parcialmente, mantendo o perdão das multas aplicadas sobre a denominada "prebenda", o pagamento que ministros de ordens religiosas recebem.

Embora obrigado a cumprir o que determina a lei, Bolsonaro agiu como incendiário que é e estimulou os parlamentares a derrubar o seu veto, dizendo que o faria se pudesse — corrompendo um instrumento crucial do Executivo.

Como se o milagre fosse pouco, o governo deve propor uma emenda à Constituição "a fim de atender a justa demanda das entidades religiosas" nas questões tributárias. Com isso, o presidente visa a agrandar uma de suas principais bases, já mirando a reeleição em 2022.

A discussão deveria ser outra. Com muitas igrejas se convertendo em verdadeiros negócios, é imperativo aumentar a transparência dos rendimentos que elas auferem e a maneira como os distribuem, incluindo salários e bônus.

O Estado brasileiro, como se sabe, é laico, mas ainda mantém, na prática, relações no mínimo ambíguas com instituições religiosas — certamente menos por temor a Deus do que pelos seculares interesses dos políticos.

Destino do Minhocão

Ideia de plebiscito sobre futuro da obra precisa vir acompanhada de ações para recuperar seu entorno

A proposta de desativar o elevado João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão, felizmente vem deixando o campo abstrato dos debates para adentrar o terreno concreto das leis.

A preservação da via, cuja importância para o caótico trânsito de São Paulo é contestada por estudos da Companhia de Engenharia de Tráfego, tornou-se indefensável diante das consequências perversas da desvalorização econômica, arquitetônica e humana que sua presença impõe, faz décadas, a uma tradicional área da cidade.

Consagrou-se no Plano Diretor da capital de 2014 a ideia de inativar a estrutura até 2020. Desde então foi ganhando corpo o intento de fazer dela um parque suspenso. Uma lei nesse sentido foi promulgada em 2018 e, no ano passado, o prefeito Bruno Covas (PSDB) anunciou o início das obras num trecho de 900 metros do elevado.

Opositores dessa solução, contudo, forçaram um novo caminho. Na semana passada, os vereadores aprovaram a convocação de um plebiscito para que os paulistanos decidam se fim dar ao Minhocão — se demolição total, parcial ou construção de um parque. Por importante que seja a participação popular nesse processo,

soa desarrazoada, todavia, a ideia de ouvir a capital toda acerca de uma questão que, na realidade, afeta apenas parte diminuta dela.

No limite, numa cidade gigantesca como São Paulo, o assunto seria decidido não pelas centenas de milhares de paulistanos diretamente impactados pelo destino do elevado, mas pelos milhões que vivem distantes dali, talvez pouco ou nunca usufruam da escolha feita. Assim, seria melhor que a consulta se restringisse, por exemplo, aos habitantes dos distritos do entorno do Minhocão, ou da subprefeitura onde a via se localiza.

Dentre as opções futuras do elevado, esta Folha inclina-se pela transformação do espaço em parque. É notório, afinal, que a metrópole carece de áreas verdes voltadas ao lazer e à prática de esportes. Conta ainda a favor dessa preferência o fato de que o paulistano já acolheu o local, que, nos últimos anos, tem sido aberto com sucesso à população nos fins de semana.

Seja qual for o destino escolhido, porém, é crucial que ele venha acompanhado de um plano que promova a revitalização da área. E que seja capaz de preservar a presença dos atuais moradores e de atrair novos, numa transformação que o entorno há muito necessita.



Jardim das delícias tributário

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Depois da pejotização, a religiosização. Se a bancada da Bíblia e o presidente Jair Bolsonaro, agora atuando como um quintacoluna contra o Ministério da Economia, tiveram êxito em seu intento de prover ainda mais vantagens tributárias a igrejas, poderemos assistir a um movimento de transferência de empresas em organizações religiosas, parecido com aquele que levou celetistas a se tornarem evangélicos.

Criar uma religião é um procedimento cartorial simples e barato. Como confessei aqui ainda outro dia, eu próprio já montei a minha, consubstanciada na Igreja Helio-cêntrica do Sagrado Evangelho, com a qual tive acesso ao jardim das delícias tributário.

Dado que meu intuito era apenas mostrar quão fácil é a religiosização, limitei-me a fazer uma aplicação financeira de valor simbólico sem pagar impostos. Mas, se desse o salto de fazer imposto, poderia ter me livrado de IRPJ, ISS, IPVA, IPTU e, em alguns estados, até do ICMS embutido nas

contas de luz, telefone e TV a cabo.

A única coisa de que não dava para escapar eram contribuições sociais, como CSLL e Cofins, e previdenciárias. É isso que está prestes a mudar, nem que seja via PEC. Ao que tudo indica, junto virá o perdão das dívidas passadas.

Até acho que imunidade tributária conferida a cultos fez sentido no passado. Era um jeito de evitar que o Estado criasse embaraços às religiões não oficiais impondo-lhes impostos especiais. Não penso, porém, que essa lógica ainda subsista. O poder público não tem mais condições de criar taxas que atinjam só minorias religiosas.

Nos dias de hoje, o que me parece difícil justificar é que a fé seja immune a impostos enquanto setores muito mais essenciais à vida, como alimentação e saúde, são às vezes pesadamente onerados. Já passa da hora de fazer prevalecer o princípio da solidariedade tributária, pelo qual todos pagam para que os impostos sejam menores para todos.

helio@uol.com.br

Entre pobres e paupérrimos

Bruno Boghossian

BRASILIA Jair Bolsonaro tinha gostado da ideia de turbinar a Bolsa Família e pegar carona no auxílio emergencial do coronavírus. A decisão de abater o Renda Brasil mostra que, embora seduzido pelo plano de cimentar sua popularidade entre famílias de baixa renda, ele não está disposto a perder apoio em outros grupos.

O slogan involuntário do presidente resume essa lógica. Nas últimas semanas, ele disse duas vezes que não pretendia "tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos". A frase tem peso político, mas falha na matemática, já que o governo nunca demonstrou interesse em cobrar a conta dos mais ricos.

Atrás de recursos para o Renda Brasil, a equipe de Paulo Guedes quis cortar o abono salarial, endurecer regras de benefícios para idosos e congelar aposentadorias. Bolsonaro enxergou o risco de se tornar vilão para 50 milhões de pessoas que são atendidas por esses programas. O presidente se mostra indisposto a comprar a briga enquanto ainda tenta consolidar sua curva de popularidade.

Embora a avaliação do governo tenha disparado entre trabalhadores informais e desempregados, com a ajuda do auxílio de R\$ 600, houve uma queda de cinco pontos entre os aposentados desde o fim do ano passado — de 39% para 34%.

Bolsonaro sabe que é politicamente lucrativo dar um benefício a quem não tem nada, como provedor de experiência do auxílio. Tirar de quem tem pouco e recebe alguma coisa, por outro lado, pode ser desastroso.

Ao desistir do programa, o presidente reconhece que seu projeto político é incompatível com parte da agenda de Guedes. Ao dar uma bronca no ministro, o chefe tentou se distanciar de suas propostas e as descreveu como ideias de "gente que não tem no mínimo de coração".

Se estiver mesmo incomodado, Bolsonaro continuará com problemas. Guedes gosta de oferecer soluções desse tipo e ainda não explicou como vai amortecer o fim do auxílio emergencial. O presidente quis enterrar a crise do Renda Brasil, mas os conflitos repousam em covarasa.

Cordial, blasé e decorativo

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Você o vê de vez em quando na televisão — não tanto que dê para saturar, nem tão pouco que não o reconheça. É um homem em trânsito permanente. Quando um repórter o laça para uma pergunta, ele está sempre saindo de um carro ou entrando em outro, subindo ou descendo rampas, cercado de apoies e a caminho de algum lugar. Dir-se-ia ocupadíssimo, mas, como saber de sua obrigação, não deixa de conceder um ou dois minutos para um papo com os rapazes e moças. E, ao fazer isso, exhibe toda sua cordialidade, fleuma e bonomia. É o general Hamilton Mourão, vice-presidente da República.

Não importa a pergunta. Se o jornalista falar da tragédia ambiental, do fogo na mata, dos animais carbonizados, do desmatamento criminoso, do ataque às nascentes, da destruição da terra ou da expulsão dos indígenas, ele responderá a tudo com seu ar blasé e bonachão. Não pode desmentir as acusações filmadas e documentadas, mas também

não vê nada demais nelas. Vamos resolver, sorri. E não o altera que, a cada sorriso benigno que oferece às câmeras, uma ararinha azul ou onça pintada vire torresmo pela ação ou inação de seus subordinados.

É o seu estilo, a naturalidade com que recebe as gafes, impropriedades e mentiras do governo. Não é tão grave assim, não fomos nós que fizemos, não foi bem isso que ele quis dizer — são alguns de seus mantras para defender os homens que estão demolindo a saúde, a educação, o trabalho e o caráter do país.

Ou talvez nada seja com ele. Mourão deve sentir-se reconfortado por ser apenas o vice-presidente dessa miséria — confiante de que, por sua função subalterna, não será cobrado por ela.

Mas é aí que se engana. Ele faz parte do governo. Ao ser tão "compreensivo" diante do que vê e que sabe, está pondo seu jamegão no que acontece lá dentro. A não ser que não veja nem saiba nada, e seja mesmo só decorativo — como se julga.

Por eleições antirracistas

Bianca Santana

É autora de "Quando Me Descobri Negra" (Sesi-SP Editora) e colaboradora da UNIAfro-Brasil.

No dia 25 de agosto, em resposta à consulta da deputada Benedita da Silva (PT-RR), o TSE aprovou distribuição proporcional do fundo eleitoral e do tempo de propaganda para candidaturas negras a partir de 2022. Instituto Marielle Franco, Mulheres Negras Decidem, EducaFor e Coalizão Negra por Direitos haviam feito campanha em apoio. E, em 10 de setembro, atendendo o pedido da EducaFor, representa a proporcionalidade vale já nas eleições de 2020.

A vitória comemorada pelo movimento e por candidaturas negras tem sofrido questionamento de partes dos que se dizem aliados da luta antirracista. "A medida vai beneficiar também as candidaturas negras que não estão comprometidas com a pauta racial?" Vai sim. Mas essa diversidade de posições políticas não pode ser mais um dos privilégios brancos. Negras e negros, em sua humanidade, também são diversos. O que nos desumaniza é e mesmo racismo que até hoje não permitiu alianças nem um quarto de parlamentares negros na Câmara dos Deputados ou termos representatividade nas câmaras municipais, quando somos mais da metade da população do país.

Após o assassinato de Marielle Franco, o número de candidaturas de mulheres negras cresceu 93% em relação a eleições anteriores, mas isso não se traduziu em aumento significativo no número de eleitas. Das 513 cadeiras da Câmara, 10 estiveram ocupadas por mulheres negras em 2014 — e o número subiu para apenas 13 em 2018.

Apesar de terem sido 12,9% das candidatas, receberam só 6,7% dos recursos do fundo eleitoral, distribuídos de acordo com os critérios de cada partido. Os homens negros, 26% dos candidatos, receberam 16,6% dos recursos. Já mulheres brancas receberam os exatos 18,1% de recursos proporcionais aos 18,4% das candidaturas; os homens brancos, 43,1% entre os candidatos, abocanharam 58,5% do fundo. Não à toa, há um grupo populacional sob-representado na política brasileira, seja nas casas legislativas, seja nos cargos, seja nas candidaturas ao Executivo.

O acúmulo do movimento negro brasileiro, presente na importante decisão por proporcionalidade que ainda precisa ser efetivada, deve ser considerado especialmente na urna para que tenhamos um resultado eleitoral negro e antirracista. "Não vote em branco. Vote no preto", já convidava Abdias Nascimento no pleito de 1950. Passados 70 anos do comite, 132 da Lei Aurea e 131 da República, conquistaremos no voto a igualdade de direitos políticos que só existe no papel? Ou a autodeclaração de antirracistas nas redes sociais nos basta?

Antonio Delfim Netto
O colunista está em férias

mercado **coronavírus**

Bolsonaro enterra Renda Brasil e ameaça equipe econômica com 'cartão vermelho'

Presidente diz ter se surpreendido com notícias sobre cortes sociais; cartão não foi para mim, diz Guedes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta terça-feira (15) que desistiu de lançar o Renda Brasil. Ele ameaçou com "cartão vermelho" a equipe econômica caso sejam propostos cortes em programas já existentes.

O ministro Paulo Guedes (Economia), após as declarações do presidente, se esquivou. "O cartão vermelho não foi para mim", afirmou.

Bolsonaro pela manhã foi às redes sociais anunciar o sepultamento do programa substituto do Bolsa Família —marcado de gestões petistas. A decisão foi divulgada em vídeo.

"Até 2022, no meu governo, está proibido falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família. E ponto final", disse.

O presidente afirmou que foi surpreendido por manchetes de jornais. Entre elas estava a da Folha, segundo a qual o governo planeja revisar 2 milhões de benefícios destinados a idosos e pessoas com deficiência.

Com a iniciativa, o corte estimado é de R\$ 10 bilhões. Além disso, em entrevistas, o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que está em análise o congelamento por dois anos de aposentadorias e pensões.

Na gravação, o presidente desautorizou as iniciativas.

"Eu já disse há poucas semanas que jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar para os paupérrimos. [A] Quem

porventura vier propor a mim uma medida como essa eu só posso dar um cartão vermelho", disse Bolsonaro.

Em agosto, o presidente já rejeitara a proposta de acabar com o abono salarial (espécie de 14º salário) que o governo paga para trabalhadores formais de baixa renda para bancar o Renda Brasil. O anúncio do programa foi adiado.

Agora, Bolsonaro disse que quem defende essas medidas "não tem um mínimo de coração" e "um mínimo de entendimento" de como vivem os aposentados no Brasil.

No Twitter, ele acrescentou que congelar aposentadorias e cortar auxílios é um "desvio de alguém que está desconectado com a realidade".

"Pode ser que alguém da equipe econômica tenha falado sobre esse assunto. Pode ser. Mas, por parte do governo, jamais vamos congelar salários de aposentados, bem como jamais vamos fazer com que os auxílios para idosos e para pobres com deficiência sejam reduzidos para qualquer coisa que seja".

Na prática, a medida congelaria os benefícios, deixando-os sem reajustes. Esse congelamento abriria espaço no Orçamento para financiar o programa Renda Brasil.

Antes mesmo da divulgação do vídeo, Guedes foi chamado ao Planalto. Segundo assessores palacianos, a desistência do programa foi o tema prin-

cipal da reunião, que ocorreu em um clima de irritação.

Segundo relatos feitos à Folha, na reunião, Bolsonaro pediu a Guedes que assessores da equipe econômica evitem dar entrevistas. A intenção é escapar de novas polémicas.

Na avaliação de um membro do alto escalão do governo, Guedes teria planejado o movimento com a intenção de convencer o governo sobre a necessidade de criar o imposto sobre transações financeiras. Para dessa fonte, o ministro fez uma manobra política. Ele teria autorizado o subordinado a lançar a discussão sobre o congelamento com o objetivo de mostrar que o governo não o tem recursos e precisa de uma fonte.

Incomodado com a repercussão da proposta que prevê o fim da correção de aposentadorias pela inflação, o ministro afirmou a interlocutores que não haverá mais Renda Brasil.

Guedes tentou minimizar o desgaste. "A reação do presidente foi política, correta", disse, ao participar do Painel TeleBrasil 2020, um debate virtual sobre reformas e o futuro da economia brasileira após a pandemia da Covid-19.

Ao dizer que o "cartão vermelho" não era para ele, não disse se o futuro de integrantes da equipe econômica está comprometido.

A avaliação no Planalto é que a permanência de Waldery no posto se tornou im-

provável. Guedes, porém, demonstrou a auxiliares técnicos que não pretende perder o assessor de confiança.

Apesar da repercussão negativa dentro do governo, Guedes desenvolveu a defesa, no evento virtual, a desindexação do Orçamento. Ou seja, defendeu o fim de reajustes automáticos de despesas.

Diante da resistência política, ele chegou a citar, por exemplo, que o valor do salário mínimo seja corrigido pela inflação apenas para a camada mais vulnerável da população, como aposentados e beneficiários do BPC (pagamento assistencial a idosos e pessoas com deficiência).

"As empresas estão quebrando e elas vão dar aumento de salário? O governo está quebrado e vai ficar dando aumento de benefício para todo mundo? Tem que colocar a mão na cabeça e dar uma pensada", afirmou o ministro.

Para ele, conceder um forte reajuste no mínimo pode aumentar o desemprego no país.

Guedes disse lamentar a interpretação dada às propostas em estudo para abrir espaço no Orçamento. Segundo ele, a ideia é dar à classe política o poder de decidir em quais despesas devem ser alocados os recursos públicos.

Essa ideia faz parte da proposta de pacto federativo, em discussão no Senado e que prevê medidas para reduzir despesas públicas.

Bolsonaro e o time de Gue-

des não conseguiram se entender nas negociações para ampliar o Bolsa Família e, ao mesmo tempo, preservar o teto de gastos — norma que impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação.

Com o crescimento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e salários de servidores, o Orçamento vem sendo pressionado, sobrando pouco dinheiro para novos programas. **Gustavo Uribe, Bernardo Caram, Fábio Pupo e Thiago Resende**

Secretário de Guedes encontra presidente para explicar proposta

Fábio Pupo

BRASÍLIA O secretário especial da Economia, Waldery Rodrigues, encontrou o presidente Jair Bolsonaro na tarde desta terça-feira (15) para esclarecer os comentários que fez anteriormente sobre o congelamento das aposentadorias.

Segundo relatos, Waldery encontrou o presidente fora da agenda oficial para esclarecer a proposta defendida por ele em entrevista ao portal G1 de congelar por dois anos o reajuste dos aposentados e teria se desculpado pelo ruído.

Ao menos parte dos integrantes da Economia ouvi-

dos pela Folha recebeu a informação do encontro com alívio, por ver no gesto um movimento que contribuiria para pacificar os ânimos e diminuir a pressão sobre a saída do secretário.

Uma eventual demissão no calor do momento seria vista, para parte dos membros da Economia, como algo ainda pior para a equipe de Guedes ao representar uma perda de força das propostas estudadas pelo time de técnicos como um todo.

A fritura de Waldery ocorre em um momento em que o Ministério da Economia como um todo está sob pressão do restante do governo, que demanda sobretudo mais recursos. O secretário é um dos principais defensores da responsabilidade fiscal e de regras como o teto de gastos.

Apesar de receber críticas de colegas, inclusive por sua linguagem batizada de "hermética", Waldery é mencionado no ministério como alguém honesto politicamente, e a atitude de encontrar o presidente teria coerência com essa personalidade, segundo os relatos.

Na equipe econômica, outros integrantes ouvidos ficaram irritados com a entrevista de Waldery. A interpretação é que ele pode ser um excelente técnico, mas não poderia se comportar como um porta-voz do governo publicamente.

Essa postura de porta-vozes, segundo membros, é herança de uma fase anterior da pasta, que precede a reformulação da interlocução política no governo. Naquela época, o Ministério tinha que ir a campo defender suas propostas e as falas públicas dos integrantes eram mais frequentes. Agora, esse cenário teria mudado e certos membros ainda precisariam ser "enquadrados".

Leia mais da pág. A17 a A19



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) durante encontro no Planalto em agosto **Pedro Ladeira - 19. ago. 20/Folhapress**

Congresso reage e articula novo programa de renda mínima

Danielle Brant, Isabella Macedo e Iara Lemos

BRASÍLIA A decisão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de enterrar o Renda Brasil levou o Congresso a acelerar a discussão de projetos que possam criar um programa de renda mínima mais abrangente que o Bolsa Família.

O Renda Brasil era a reformulação do Bolsa Família com a qual o governo Bolsonaro buscava deixar sua marca na área social e acabar com um dos nomes mais fortes das gestões petistas. O presidente, no entanto, desistiu do novo programa quando se depaprou com discussões que envolviam o corte de benefícios de aposentados e deficientes, o que poderia desgastá-lo.

No Congresso, o fim dos estudos para lançar o Renda Brasil provocou a retomada de discussões que estavam paralisadas, à espera do texto do novo programa social.

Deputados articulam a vo-

tação de projetos para criar uma renda mínima que, ainda que não seja universal, incluía mais brasileiros de baixa renda que o Bolsa Família, que atende 14,3 milhões de famílias, segundo dados de agosto.

Líder do PSB na Câmara, o deputado Alessandro Molon (RJ) afirma que o partido deve apresentar um novo projeto. "Renda mínima ou básica, o que não quer dizer universal", afirmou. "Ou seja, nem todo o mundo receberá, apenas uma parte da população, que necessite. Que parte é essa, a gente vai decidir".

Do mesmo partido de Molon, o deputado Felipe Rigoni (ES), que faz parte da frente parlamentar mista em defesa da renda básica, disse que o grupo ainda não se reuniu para definir uma estratégia.

"Mas é um pouco incoerente o presidente falar que não tem mais conversa sobre Renda Brasil e que vai continuar o Bolsa Família. Então não vai melhorar nada", diz.

"A conversa do Renda Brasil que lhe desagradou foram as reformas que têm que ser feitas ao mesmo tempo para fazer o Renda. Só que, sem as reformas, nem o Bolsa Família você consegue aumentar".

Rigoni defende que, para viabilizar a ampliação do Bolsa Família ou a criação de um projeto mais amplo, seria necessário debater a desindexação — que retira a obrigatoriedade de aplicar a correção pela inflação. "O que dá mesmo espaço é desindexar, converter o abono [salarial], e são temas difíceis de serem feitos. Acho que a resistência do presidente é nesses pontos, que é o que daria a robustez necessária de fazer uma renda mínima de R\$ 80 bilhões ou mais".

Se as discussões em torno de uma renda mínima universal não alcançarem o apoio do governo, Rigoni afirmou ser favorável a retomar a agenda de desenvolvimento social, uma série de propostas lançadas no ano passado e que conta com

o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Entre elas, há uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para incluir o Bolsa Família na Constituição e um projeto que reformula o programa social e propõe reajustes dos valores do benefício.

"Para fazer a renda mínima, precisa de coordenação política, e o governo não pode estar de fora disso. Os debates, para serem enfrentados, precisam do governo", diz Rigoni.

Inserir o Bolsa Família na Constituição e ampliar o programa também é a estratégia do PT. "Já que o governo disse que não tem mais Renda Brasil, vamos trabalhar para constitucionalizar o Bolsa Família. Para evitar isso, uma malandragem política, de o governo ter dito que ia criar o Renda Brasil e, de uma hora para outra, dizer que não tem mais condição", disse o deputado José Guimarães (CE), líder da minoria na Câmara.

Líder da Rede no Senado,

Randolfe Rodrigues (AP) defende que o Congresso pautar propostas que criam uma renda mínima. "Virar de costas para qualquer programa de renda básica é um ato de crueldade no momento que mais o brasileiro precisa, que o alimento está mais caro. O que ocorre é o reflexo da incapacidade do governo e do Congresso precisa agir", diz Randolfe.

Na avaliação do vice-líder do governo no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF), o governo deve enviar nova proposta para não deixar a decisão das mãos do Congresso. Para ele, a melhor alternativa é deixar o tema para depois da eleição.

"O que fica ruim é falar disso em véspera de eleição, que ninguém sabe de onde vem e fica todo o mundo perdido. Cada um fala uma coisa, as ideias saem soltas e geram confusão. Isso pode gerar prejuízo".

O bate-cabeça entre a equipe econômica e o Planalto foi alvo de críticas de parlamentares. O líder do Cidadania na

Câmara, Arnaldo Jardim (SP), afirma que o governo "está se especializando em criar cenários de instabilidade no país".

"Uma equipe que deveria ter estabilidade e equilíbrio produz o contrário. Antes, o ministro dizia que o Renda Brasil precisava da CPME. Depois, que o programa seria irrealizável. E agora falar em sacar das aposentadorias e recurso para este fim. Soltar balões de ensaios cria instabilidade".

Para o líder do PT na Câmara, Enio Verri (PR), Bolsonaro se contradiz. "Bolsonaro, ao contrário do que ele diz, não está preocupado com o equilíbrio fiscal, ele está preocupado com a sua reeleição", afirma. "E, à medida que o Renda Brasil distribuía miséria, já que tirava alguns outros benefícios de trabalhadores e trabalhadoras para dar um nome diferente e construir um outro benefício que nem seria melhor do que o que existe, ele optou por não mexer com isso neste momento".

Guedes vai priorizar nova CPMF, após presidente desistir de novo programa

Ministro quer lançar pacote atrelado à criação do tributo, com desoneração, benefício a igreja e isenção do IR e da linha branca

Bernardo Caram e Alexa Salomão

BRASÍLIA Após a interdição do debate no governo sobre o Renda Brasil, o ministro Paulo Guedes (Economia) reprogramou as prioridades tributárias do governo, com medidas atreladas à criação de um imposto sobre transações aos moldes da extinta CPMF.

A lista de ações deve incluir desoneração ampla da folha de pagamentos para trabalhadores com remuneração de um salário mínimo, ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, corte de imposto para produtos da linha branca e ainda um benefício a igrejas.

O ministro afirmou a interlocutores que chegou a hora de lançar a proposta, considerada polêmica e que sofre com restrições no governo e no Congresso. Até então, a medida estava em banho-maria, sob a avaliação de que poderia tumultuar o andamento de outras propostas no Congresso. Para ele, agora foi aberta uma chance de emplacar o novo tributo.

Está em avaliação o apresentação do texto diretamente ao Senado. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), é abertamente contrário à proposta.

Esta terça-feira (15) foi tenso para a equipe econômica. O presidente Jair Bolsonaro crítico medidas que poderiam afetar parcelas vulneráveis da população com o objetivo de criar o Renda Brasil. Ele já havia vetado a extinção de programas existentes hoje para bancar o programa. Agora, proibiu o fim da correção de aposentadorias, o que abriria espaço no Orçamento.

"[A] Quem porventura vier a apresentar para mim uma medida com essa eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa", disse Bolsonaro nesta terça-feira (15). Em vídeo-conferência nesta terça, Guedes minimizou a afirmação do presidente.

"O cartão vermelho não foi para mim. [...] A reação do presidente foi política, correta", afirmou o ministro.

Após a ordem de Bolsonaro, Guedes pediu a sua equipe para abandonar os estudos sobre o programa social e acelerar o conjunto de propostas tributárias, que já vinha sendo formulado na pasta.

Ele afirmou a interlocutores que quer resolver vários problemas em apenas um pacote.

A ideia é encerrar, por exemplo, a discussão sobre a desoneração de alguns setores com a proposta que reduz encargos para todas as empresas.

Segundo relatos, ele disse que o pacote também pode contemplar igrejas, após o veto presidencial que barrou benefício a essas entidades.

O plano também deve incluir uma ampliação para R\$ 3.000 da faixa de isenção do Imposto de Renda. Seria apresentada ainda uma medida para cortar a cobrança de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) da linha branca, como geladeira, fogão e máquina de lavar roupa.

A desoneração, por sua vez, seria limitada às pessoas que recebem um salário mínimo.

A ideia é reduzir pela metade os encargos, hoje em 20%.

O argumento de Guedes é que nada disso será possível sem a criação do imposto sobre pagamentos. A última modificação do tributo previa uma arrecadação de R\$ 12 bilhões ao ano, com uma alíquota de 0,2% por operação.

Nos planos da equipe econômica, havia duas frentes de atuação. Na primeira, seriam focalizadas políticas públicas para a criação do Renda Brasil, algo que agora está barrado. Na segunda, o plano é criar o imposto sobre pagamentos para custear todas essas ações e benefícios tributários.

Guedes quer usar a pressão das igrejas, da mídia e de outros setores em defesa da desoneração para fazer a proposta avançar. Nas palavras de um auxiliar, "se não tem CPMF, não tem desoneração".

Para evitar o atrito com Maia, que é contra a CPMF, o ministro avalia incluir o pacote na proposta do pacto federativo ou em outro texto que tramita no Senado.

Em reunião interna, ele afirmou que Maia pode reclamar se o texto não for apresentado diretamente à comissão mista de deputados e senadores que avalia a reforma tributária. Para ele, nesse caso, bastará argumentar que o presidente da Câmara é contra a proposta e, por isso, seria melhor iniciar a análise com os senadores.

A estratégia é fazer a discussão andar no Senado, sem a resistência de Maia. Quando a proposta chegar à Câmara, já avançada, o ministro acredita que Bolsonaro tem articulação política na Casa, especialmente do centrão, para fazer a pauta avançar.

Após assumir a Presidência,

“[A] Quem porventura vier a apresentar para mim uma medida com essa eu só posso dar um cartão vermelho para essa pessoa”

Jair Bolsonaro

“O cartão vermelho não foi para mim. [...] A reação do presidente foi política, correta”

Paulo Guedes ministro da Economia

Bolsonaro se posicionou mais de uma vez de forma contrária ao imposto similar à CPMF e chegou a dizer que esse tipo de cobrança está “demonizada”.

Em setembro de ano passado, o então secretário da Receita, Marcos Cintra, acabou demitido após defender o imposto.

Há dois meses, no entanto, o presidente deu aval para que Guedes discutisse a criação do novo tributo.

Bolsonaro, porém, disse ter cobrado de seu ministro que esclarecesse o debate que não se trata de um novo imposto, mas de uma substituição tributária.

A auxiliares Guedes disse estar determinado em criar o imposto para substituir os encargos trabalhistas, considerados por ele mais danosos à economia.

O ministro usou como exemplo sua insistência em congelar os salários de servidores públicos. Segundo o relato, ele teria tentado incluir a proposta no ano passado na reforma administrativa, que acabou adiada, depois tentou inserir a medida no pacto federativo, mas não conseguiu. Por fim, viu a chance de lançar a proposta como condição para repassar recursos da União a estados — e acabou bem-sucedido.

A mesma lógica está sendo colocada em prática neste momento. Guedes defende o imposto de pagamentos desde o início do governo, mas agora afirma haver uma janela de oportunidade para sua aprovação.

Dólar sobe a R\$ 5,29 em pregão instável com ‘cartão vermelho’

SÃO PAULO O dólar fechou em leve alta de 0,24%, a R\$ 5,29, nesta terça-feira (15), enquanto o Ibovespa fechou estável, a 100.297 pontos, após cair 0,6% pela manhã, com o pronunciamento de Jair Bolsonaro (sem partido).

Parte do mercado viu a mensagem como uma ameaça ao ministro da Economia, Paulo Guedes, derrubando o Ibovespa, que subiu 0,67% até então.

Com a indicativa do ministro de que o “cartão vermelho” não era para ele, o índice zerou as perdas, mas não conseguiu alcançar ganhos, permanecendo estável por boa parte do pregão. **Júlia Moura**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Imunidade

Não é só a praia lotada que mostra o brasileiro tratando a pandemia como página virada. Os hábitos de consumo nos supermercados também já sinalizam desembarque dos produtos preferidos na quarentena mais rigorosa. Em julho e agosto, o item que mais perdeu espaço na cesta foi o leite condensado, que caiu 9 pontos percentuais ante maio e junho, seguido por farinhas e grãos (-8,7 pontos), segundo a Horus, empresa de inteligência de mercado que analisa notas fiscais.

BRIGADEIRO Aquele comportamento de indulgência no consumo observado no pico da pandemia, quando as pessoas estavam em casa sem grandes prazeres e passaram a fazer pães e bolos, começou a ficar para trás, segundo Luiza Zacharias, diretora da Horus.

ESPUMA O sabão para roupa teve retração de 7,5 pontos percentuais na comparação dos dois últimos bimestres. “Produtos de higiene e limpeza também chamam a atenção. O sabão já mostra esse comportamento de desaceleração das práticas rígidas de higiene. É como se as pessoas já estivessem começando a relaxar”, diz Zacharias.

CAPÍTULO Envolvido em uma disputa pelo controle das lojas Marabaz com seus irmãos, o empresário Fábio Bahjet Fares entrou na Justiça com um pedido de explicações aos advogados Álvaro Villaca e Marcelo Villaca (pai e filho), o que representaram durante seu divórcio em 2006, e que acabou na controvérsia familiar.

ENSAIO Os advogados atuais de Fábio Fares dizem que, na ocasião, houve uma transferência de ações simulada pelo empresário e os irmãos para blindar o patrimônio na separação dele. Os familiares, porém, afirmam que o negócio foi legítimo. As ações da empresa não foram devolvidas a Fares pelos irmãos após a separação, como ele pede.

TIME A queixa com os advogados que o atenderam é que os irmãos do empresário juntaram defesa declarações dos profissionais confirmando que a transferência das ações foi legítima. Isso violaria o dever do advogado de não atuar contra os interesses que ele já defendeu, diz Leandro Raca, advogado que representa Fares nesta outra frente.

CONTRATO Procurado pela coluna, Álvaro Villaca afirma que defendeu o empresário no divórcio e na transferência das ações de sua mãe para os quatro filhos. Disse que não atuou na transferência das ações de Fares aos irmãos e que fez um parecer baseado em escritura pública. Ele e Marcelo afirmam que não foram citados no pedido de informações.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*
Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21 set. para empresas; para pessoas físicas, venceu em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Isento	Dezidir, em R\$
Até 1.903,98	7,5		142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	15		354,80
De 2.826,66 até 3.751,05	22,5		636,13
De 3.751,06 até 4.664,68	27,5		869,36
Acima de 4.664,68			

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa por a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Folha e Ibre/FGV promovem amanhã debate sobre a recuperação econômica

SÃO PAULO A Folha e o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, promovem nesta quinta-feira (17), às 10h, seminário online sobre as perspectivas de recuperação da economia brasileira no pós-pandemia da Covid-19.

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelos casos de infecção e pelas mortes provocadas pela epidemia no país, por uma forte piora nas contas públicas e um por brutal aumento da desigualdade, do desemprego e pela retração econômica.

Há, ainda, elevado grau de incerteza sobre os rumos da

economia, o que torna complexa a avaliação de como se comportará a atividade daqui para a frente.

Além disso, questões políticas e restrições orçamentárias vêm dificultando a implantação de programas que minimizem os efeitos da pandemia sobre a economia.

É nesse contexto que questões fundamentais se colocam sobre a recuperação: como equilibrar a necessidade de reduzir o elevado déficit público com a dependência que a demanda privada doméstica mostra das transferências governamentais, em especial o auxílio emergencial? Em que



PARTICIPANTES

Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do FGV
Ibre Manoel Pires, pesquisador associado do FGV Ibre
Nilson Teixeira, da Macro Capital
Fernando Canzian, repórter especial, será o mediador

grau a forte elevação na dívida pública será uma barreira à retomada da economia?

Mesmo antes da pandemia, o Brasil já vinha apresentando taxas de crescimento medíocres, pouco acima de 1% ao ano. Parte dos problemas que vinham travando a atividade ficou ainda maior com a epidemia.

Para debater esses temas, participam Armando Castelar, coordenador de Economia Aplicada do FGV Ibre, Manoel Pires, pesquisador associado do FGV Ibre, e Nilson Teixeira, da Macro Capital. A mediação será de Fernando Canzian, repórter especial da Folha.

mercado coronavírus

Dificuldades para reformular o Bolsa Família

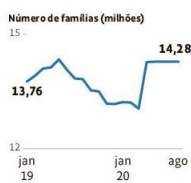
Plano de reempacotar programa no Renda Brasil foi abandonado

- Governo queria ampliar e mudar o nome do programa, associado ao PT
- Orçamento está limitado ao teto de gastos
- Para aumentar a verba, era preciso tirar de outros programas
- Guedes sugeriu acabar com abono salarial. Bolsonaro vetou
- Equipe econômica passou a estudar congelar o salário mínimo. Nesta terça, Bolsonaro vetou e enterrou o Renda Brasil

Cenários que foram traçados para Renda Brasil

21 milhões
de famílias cobertas
R\$ 300
benefício médio por mês
R\$ 52 bilhões
orçamento do programa por ano

Cobertura do Bolsa Família



15,2 milhões
de famílias
Expectativa de cobertura do Bolsa Família em 2021
R\$ 192 por mês
Benefício médio

Fonte: Ministério da Cidadania e Ministério da Economia *Corrigido pela inflação

Orçamento do programa



Sem Renda Brasil, governo ainda terá entraves para ampliar o Bolsa Família

Bolsonaro quer aumentar repasses para programa, mas será necessário abrir espaço em caixa

Thiago Resende e Gustavo Uribe

BRASÍLIA Sem perspectiva de lançamento de um programa social com a digital do atual governo, o Bolsa Família deverá ser reforçado para evitar uma queda brusca na popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) após o fim do auxílio emergencial. Após o governo desistir do Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família, auxiliares de Bolsonaro querem aumentar a verba disponível para o programa de transferência de renda, ainda que mantendo o nome ligado à marca petista. Apesar do plano, as dificuldades orçamentárias do governo nessa área tendem a continuar: será necessário imple-

mentar medidas consideradas impopulares para abrir espaço em caixa e ampliar a cobertura para famílias carentes. O ministro Paulo Guedes (Economia), sem apoio do Planalto, vem sendo frito e perdendo força no governo após ver suas ideias serem consideradas politicamente inviáveis. Para 2021, o orçamento do Bolsa Família foi ampliado em relação a anos anteriores, mas ainda é limitado. A estimativa é que, com R\$ 34,9 bilhões, cerca de 15,2 milhões de famílias sejam atendidas. A verba, no entanto, não prevê a 13ª parcela prometida por Bolsonaro na campanha presidencial, nem um aumento substancial do benefício —na faixa de R\$ 192 por mês para cada família, em média.

O plano do Renda Brasil foi abandonado por Bolsonaro nesta terça-feira (15) após sucessivas discordâncias sobre como bancar o programa, que trocaria o nome —Bolsa Família— associado à gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente solicitou estudos sobre a viabilidade de anunciar para o início de 2021 alguma iniciativa na área social —mais beneficiários ou um valor mensal maior. Atualmente, há 14,28 milhões de famílias dentro do programa criado no governo do PT. Cerca de 600 mil estão na fila de espera e, apesar de receberem o auxílio emergencial em 2020, segundo o governo, devem ser inseridas no Bolsa Família no próximo ano.

O auxílio, para contornar os efeitos da Covid-19, foi de R\$ 600 por cinco meses. A medida foi prorrogada até dezembro, com mais quatro parcelas de R\$ 300. Técnicos na área de assistência social do governo não conseguem prever os rumos do Bolsa Família porque ainda não sabem qual será a taxa de pobreza após a pandemia do coronavírus. Os dados atuais, argumentam eles, estão distorcidos por causa do pagamento do auxílio emergencial. Bolsonaro, ao se abster de discutir saídas para o Renda Brasil, deve começar 2021 com pressão de dois lados: o político, já que o aumento de gastos assistenciais fez a popularidade dele subir, e o soci-

al, diante do aumento da pobreza após o tombo da economia neste ano. Natimorto é como alguns integrantes do governo chamaram o Renda Brasil. Desde o início, Guedes tinha dificuldade em conseguir dinheiro para o programa. A principal aposta era o abono salarial, que custa R\$ 20 bilhões e cuja verba só ficaria livre em 2022, por causa do calendário de pagamento do benefício. Diante do fracasso, a avaliação é que o Congresso poderá ter interesse em assumir o protagonismo dessa discussão e, assim, querer elevar as próximas parcelas do auxílio novamente para R\$ 600 por mês. O governo reduziu o valor

para R\$ 300 por causa do alto custo do programa, o que ainda pode ser alterado pelos parlamentares. O Palácio do Planalto quer aumentar a ofensiva para evitar o aumento do valor do benefício. Líderes partidários também sinalizaram que vão sustentar o debate da ampliação do Bolsa Família. Mas, então, caberia a eles o ônus de indicar no projeto de Orçamento de 2021 quais despesas seriam cortadas para bancar um programa novo e maior que o petista. O impasse em torno do Renda Brasil envolve as restrições impostas pelo teto de gastos. Essa regra, prevista na Constituição, impede que as despesas públicas avancem mais que a inflação do ano anterior. Em um dos cenários traçados pela equipe de Guedes planejou substituir o nome Bolsa Família, ampliar a cobertura para 21 milhões de famílias e elevar o benefício médio para R\$ 300 mensais. Tudo isso caberia num orçamento anual de R\$ 52 bilhões —R\$ 20 bilhões a mais que a verba em 2020. O entrave, nesta terça, foi a ideia de congelar o salário mínimo por dois anos para reduzir despesas públicas. Para destinar mais dinheiro ao Bolsa Família em 2021, o time de Guedes diz acreditar ser possível reduzir gastos com gatilhos emergenciais, como corte de jornada e salário de servidores. O projeto, porém, enfrenta resistência no Congresso. Como resposta à demanda por medidas na área social, o presidente, inicialmente, cogitou nesta terça entender o auxílio por mais três meses, até março. A hipótese foi descartada tanto pela necessidade de prorrogar o estado de calamidade como pelo risco de furar o teto de gastos.



INFORME PUBLICITÁRIO

Dr. Aloysio de Andrade Faria deixa legado de ética, seriedade e gestão vencedora

A trajetória bem-sucedida do Dr. Aloysio de Andrade Faria sempre foi uma forte influência para seu Conglomerado Alfa, como também para o setor financeiro e a economia do Brasil como um todo.

Nós que, com ele, tivemos a honra de trabalhar e conviver, nos orgulhamos de seu maior legado: um profundo comprometimento com a ética, visão atual e inovação. Este comprometimento sempre foi e continuará sendo um valor fundamental para nossas empresas.

Criador inato de negócios e oportunidades, era um visionário, um homem à frente de seu tempo. Tornou-se, para todos com quem se relacionou, fonte de inspiração diária, fomentando um ambiente de trabalho saudável e profícuo em suas empresas, dedicando-se a transmitir e firmar seus valores e sua cultura baseados na confiança, na dedicação e na competência. Era um constante defensor da capacitação e do treinamento de seus colaboradores - sempre preocupado em valorizar os chamados “prata da casa”.

Mineiro de Belo Horizonte, formou-se médico gastroenterologista. Mesmo apaixonado pela medicina, abdicou da profissão para entrar para o mundo dos negócios depois da morte do pai, que fundara o antigo Banco da Lavoura de Minas Gerais em 1925. À frente deste banco, assumiu seu controle e o transformou em um dos maiores do País, mudando sua denominação para Banco Real. Também criou o Delta Bank, nos EUA e em Cayman.

Após vender o Real, do qual era acionista controlador e presidente do Conselho de Administração, ao grupo holandês ABN Amro, em 1998, criou o Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui banco comercial, banco de investimento, financeira, leasing e corretora, além de seguradora e previdência. Investiu ainda fortemente em empresas fora da área financeira, como a C&C Casa e Construção, o Grupo Agropalma, o Transamérica Expo Center, a rede de Hotéis Transamérica, a Rádio Transamérica, a Águas Prata e a sorveteria La Basque, entre outras.

Há mais de 20 anos, Dr. Aloysio havia deixado a gestão de suas

empresas a executivos de sua confiança e de longa carreira no Grupo, sempre visando manter a perenidade de seu Conglomerado - reconhecido pelo profissionalismo e pela excelência na execução e ética nos negócios.

Embora empreender e finanças fossem suas vocações, Dr. Aloysio também contribuiu substancialmente em ações sociais e investiu na sustentabilidade de seus negócios. Honrou seu amor pela medicina ao desenvolver projetos voltados ao bem-estar da população, em especial dos idosos. Ainda que afastado da medicina, nunca deixou o assunto de lado. Ao longo das últimas décadas, fez diversas e importantes contribuições para as áreas de saúde e educação.

Entusiasta das artes e possuidor de uma cultura impressionante, também foi diretor do Museu de Arte Moderna de Belo Horizonte e do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Valorizou as iniciativas culturais ao criar o Instituto Alfa de Cultura, mantenedor do Teatro Alfa, reconhecido pela qualidade de sua programação e por iniciativas socioculturais como o “Descobrimo o Teatro” e o “Alfa Criança”.

Por conta de tantos gestos de grande valor para a sociedade, sempre exercidos de forma anônima, Dr. Aloysio deixa um exemplo de discrição, altruísmo, simplicidade e empreendedorismo, mas que sempre mereceram e merecerão o devido reconhecimento. Ele foi um exemplo ao contribuir para transformações tão benéficas na sociedade, incentivando outras pessoas a também fazerem o bem.

Hoje, marcados por forte emoção, homenageamos suas muitas realizações e estamos orgulhosos de fazermos parte dessa trajetória, porque suas contribuições deixaram marcas eternas em nossas empresas, no Brasil e em cada um de nós.

O exemplo dado por Dr. Aloysio ao longo de sua vida nos inspira, assim como às futuras gerações que, conosco, levarão adiante esta história de sucesso empresarial, construída com seriedade, responsabilidade e respeito. Este é o nosso dever para com o legado que recebemos com muita responsabilidade e honra, que nos permite manter o caminho trilhado e nos move para o futuro.

O GLOBO**Opinião do GLOBO**

O impacto fiscal da redução do funcionalismo

Congelamento salarial em vigor e reposição menor de aposentadorias trariam fôlego expressivo, diz Ipea

O último relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI), divulgado ontem, levantou o alerta para o que todos já suspeitavam: será estreitíssimo o espaço para cumprir em 2021 o teto de gastos, única âncora fiscal em vigor no país. Ao analisar a proposta orçamentária encaminhada ao Congresso, a IFI verificou que faltaria cortar R\$ 20,4 bilhões para cumprir o teto, estipulado em R\$ 1,49 trilhão. É esse aperto orçamentário o motivo para o presidente Bolsonaro já ter torpedeado o programa Renda Brasil. Simplesmente não há espaço para delírios, por mais bem intencionados que sejam. A IFI fala até em paralisia da máquina pública caso o teto seja rompido.

O risco decorre do pouco caso do Congresso com as emendas que autorizariam medidas de redução de gastos, como o corte preventivo de jornadas e salários. Pela lei, é necessário que o teto seja rompido para que tais gatilhos possam ser acionados. A PEC Emergencial permite antecipá-los. O próprio nome não deixa dúvida: a aprovação é urgen-

te, para desfazer os males da decisão do Supremo que declarou inconstitucionais os mecanismos de corte previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Se essa é a arma no curto prazo, o governo dispõe de arsenal mais amplo num prazo mais extenso. A principal artilharia é a reforma administrativa, como comprova uma oportuna nota técnica do Ipea que avalia o impacto da redução das despesas com pessoal. De acordo com estimativas do governo, a proposta enviada ao Congresso resultaria em economia de R\$ 300 bilhões em dez anos. O Ipea eleva a possibilidade a até R\$ 816 bilhões.

O mais importante nem é o valor, sujeito a condicionantes, mas o mecanismo para alcançá-lo. Duas medidas resultariam em economias expressivas. A primeira já foi adotada: o congelamento salarial no setor público até o final de 2021. Segundo o Ipea, se não houver reposição, tal medida resultará, em dez anos, em economias de R\$ 94 bilhões à União, R\$ 212 bilhões aos estados e R\$ 165 bilhões aos municípios.

A segunda medida nem depende de

novas leis, apenas de decisões administrativas. Trata-se da substituição de pessoal inferior a 100% das aposentadorias. Esse foi um pilar essencial do ajuste que o então governador Paulo Hartung fez na folha salarial do Espírito Santo, hoje um dos dois únicos estados brasileiros com a nota mais alta na capacidade de pagamentos, segundo o Tesouro. No caso do governo federal, se a substituição de aposentados cair a 90%, o Ipea avalia em R\$ 171 bilhões a economia em dez anos.

Outras mudanças previstas na reforma administrativa, como o alongamento da progressão nas carreiras e a redução de salários iniciais dos servidores, teriam impacto de R\$ 235 bilhões nas três esferas do governo. Ainda existem, portanto, medidas ao alcance dos gestores para reduzir o risco de cairmos no abismo fiscal. Sem mexer no teto, na estabilidade ou em questões politicamente controversas. Ainda que o efeito só venha no médio prazo, não há motivo para não pôr essas ideias em prática desde já.

Bolsonaro joga para substituir o PT e isolar ministro da Economia

Não se trata mais de mitigar o benefício que ele criou por conta da pandemia, mas de manter o programa petista, de preferência com um aumento no valor ou um alargamento da base de beneficiários

Por **Maria Cristina Fernandes** — São Paulo

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

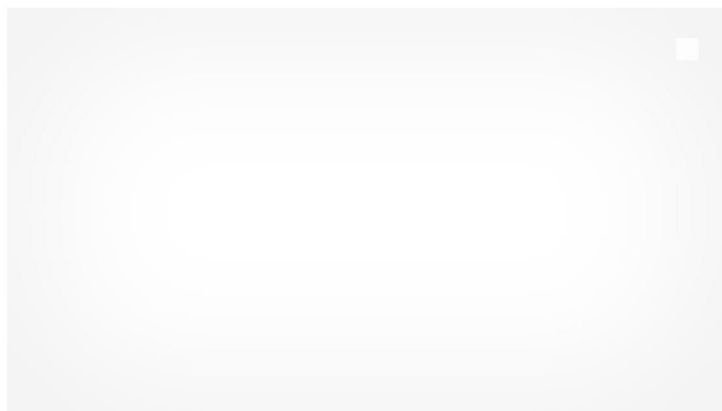
Ao rifar o Renda Brasil, dizer que vai manter o Bolsa Família e descartar o congelamento de aposentadorias ou salário mínimo, o presidente da República, numa jogada, deslocou dois de seus obstáculos. Goste-se ou não, marcou em cima do lance. O primeiro é o desgaste advindo da redução do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 até janeiro e de quanto mais ainda não se sabe a partir de janeiro. Ao manter o Bolsa Família, Jair Bolsonaro dribla essa redução.

Não se trata mais de mitigar o benefício que ele criou por causa da pandemia, mas de manter o programa petista, de preferência com um aumento no valor ou um alargamento de sua base de beneficiários. Hoje o valor médio pago ao Bolsa Família é de R\$ 190, um programa melhor e mais bem desenhado que o Renda Brasil. Mantê-lo, portanto, é uma decisão acertada. Ao tomá-la, o presidente converge com recomendações insuspeitas como a da Frente Brasileira pela Renda Básica. Mas ao manter o programa Bolsonaro vai além.

Sinaliza que seu objetivo não é mais competir com o PT, mas substituir o partido numa disputa que ele parece acreditar que vai se acirrar mais com adversários centristas. A segunda jogada decorre da primeira. Para ser capaz de substituir o PT como a opção preferencial dos mais pobres, a Bolsonaro não resta outra saída

senão desautorizar as gestões do Ministério da Economia em suas gestões para manter o teto furando o piso.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Era isso que estava escrito nas manchetes de jornal lidas pelo presidente no vídeo divulgado em suas redes sociais na manhã desta terça-feira: congelamento de aposentadorias e do salário mínimo, além da redução do Benefício de Prestação Continuada.

O presidente repetiu aquilo que já havia dito quando a mesma equipe econômica sugeriu o fim do abono salarial. Não pretende tirar dos pobres para dar para os miseráveis. Ninguém sabe ainda como o presidente vai fazer caber tudo isso no Orçamento sem furar o teto de gastos, especialmente se quiser superar o PT com um Bolsa Família mais encorpado.

O que ficou claro com o vídeo do presidente foi sua estratégia clara de sair da encruzilhada em que se encontra plantando nela o ministro Paulo Guedes e o maior partido de oposição do país. Pretende sair dela se livrando das convicções do ministro e abraçando bandeiras do partido contra o qual ascendeu à Presidência. Guedes e o PT certamente tomarão rumos distintos, mas, no momento, estão paralisados pelo enxadrista que hoje ocupa o Palácio do Planalto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

Bolsonaro tira Renda Brasil do radar

Descontente com equipe econômica, presidente diz que governo vai continuar com o Bolsa Família

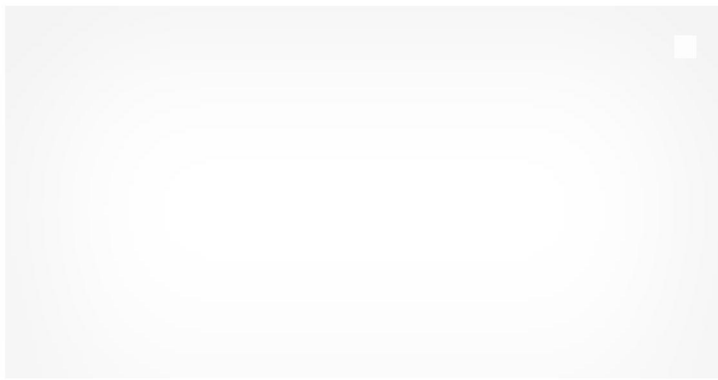
Por Fabio Graner, Matheus Schuch e Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta — De Brasília

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Os atritos entre o Palácio do Planalto e a equipe econômica ganharam ontem um novo e tenso capítulo. Com a repercussão crescente das ideias de não dar a reposição da inflação para a Previdência e o salário mínimo, o presidente Jair Bolsonaro fez um ataque ao time do ministro Paulo Guedes e disse ontem que não pretende implementar o programa Renda Brasil.

A reação de Bolsonaro explicitou a dificuldade de colocar de pé o novo programa social dentro dos limites do teto de gastos. Sem cortar outras despesas, o programa não tem como ter um valor sequer próximo dos R\$ 300 sonhados por Bolsonaro, que, ao mesmo tempo, veta qualquer ideia que possa gerar reações negativas na população.

“Até 2022, o meu governo está proibido de falar a palavra Renda Brasil. Vamos continuar com o Bolsa Família e ponto final”, afirmou. “Eu já disse há algumas semanas que jamais vou tirar dinheiro dos pobres para dar aos paupérrimos. Quem, porventura, vier me apresentar uma medida como essa, eu só posso dar um cartão vermelho para esta pessoa. É gente que não tem o mínimo de coração, o mínimo de entendimento de como vivem os aposentados no Brasil”, afirmou Bolsonaro.



Cogitadas desde a transição de governo, as ideias de desindexação de salários e aposentadorias voltaram recentemente às discussões na equipe econômica, atreladas à construção do Renda Brasil. A intenção foi noticiada pelo **Valor** na semana passada. O salário mínimo afeta uma das maiores despesas públicas: a Previdência. Além de outras, como o benefício de prestação continuada (BPC, para idosos e pessoas com deficiência) e abono salarial. Só em aposentadorias e pensões, o impacto seria de quase R\$ 17 bilhões em 2020 e de R\$ 41,5 bilhões em 2021, segundo cálculos da pasta.

No último domingo, o próprio secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse em entrevista ao **Valor** que a proposta de sua área era manter o valor nominal das aposentadorias e pensões, mas reconheceu que a discussão havia se ampliado para o salário mínimo de forma geral por sugestão do próprio relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC). Vale lembrar que, desde a transição de governo, em 2018, Guedes fala de desindexar, desobrigar e desvincular (o chamado 3D). Esse primeiro D só teria impacto fiscal relevante se pegasse essas despesas que atingem a população de baixa renda.

Ao se manifestar ontem sobre o ataque de Bolsonaro, o ministro disse que a discussão técnica foi mal interpretada pela imprensa e afirmou que o tema nem sequer seria novo, pois estaria na PEC do Pacto Federativo. Mas a realidade é que no texto original dela, de dezembro do ano passado, o governo havia mantido a garantia de correção pela inflação dos benefícios ligados ao piso salarial, já por conta da repercussão negativa que a ideia teve ao circular em 2019.

A proposta de desindexar salários e aposentadorias não tinha consenso dentro do governo e nem mesmo dentro da equipe econômica, diante das evidentes dificuldades políticas de levá-la adiante. Também no fim de semana, o senador Bittar

deixou claro em entrevista ao **Valor** que, embora concordasse com as propostas, só a adotaria a ideia se houvesse aval de Bolsonaro. A resposta veio ontem, antes mesmo de os dois sentarem para conversar.

Após o presidente anunciar que desistiu do Renda Brasil, Guedes, disse que o “cartão vermelho” presidencial não foi voltado a ele. Mas não especificou para quem seria. De acordo com o ministro, a decisão de não implementar o programa foi política e também representou um reforço ao conceito de responsabilidade fiscal. “O presidente quis dizer que não vai furar o teto nem tirar dos mais pobres para o anabolizar o programa”, defendeu em discurso no Painel Telebrasil.

Guedes minimizou os conflitos com a área econômica e disse que houve “uma barulheira” na transmissão de informações, com as pessoas “fazendo conexões de pontos que não estão necessariamente conectados”. “São estudos que nós fazemos. Estamos assessorando o senador [Márcio] Bittar e várias simulações são feitas.”

Apesar de criticar o teor das matérias da imprensa, Guedes atacou a indexação, confirmando assim o que estava em discussão. Segundo ele, ela gera uma “falsa proteção” e que seria melhor que não existisse e houvesse maior liberdade de recursos no orçamento.

Diante da fala de Bolsonaro e da reação posterior de Guedes, cresceram fortemente as especulações dentro e fora do governo sobre a permanência de Waldery no cargo do secretário especial de Fazenda.

A situação do secretário começou a ficar mais complicada já anteontem. Guedes reclamou, na reunião semanal com todos os secretários e assessores, das entrevistas dadas por Waldery no fim de semana para o **Valor** e para o site G1, nas quais defendeu a proposta de desindexar a previdência para financiar o Renda Brasil.

As fontes do governo evitam cravar que Waldery vai perder o cargo, mas apontam que ele já estava balançando e que a situação se agravou. Esses interlocutores levantam elementos que estariam deixando Guedes insatisfeito com seu secretário,

que, pelos temas de que é responsável, ainda é um dos principais auxiliares do ministro.

Entre os problemas estaria a dificuldade de interlocução com outros ministérios e dentro da própria equipe econômica. Além disso, lembram que ele já perdeu diversos auxiliares por suposta insatisfação com seu método de condução dos trabalhos.

Como contraponto, fontes lembram que Waldery expressou algo que tinha a concordância de seu chefe, a despeito da bronca por ter confirmado a volta da discussão publicamente. E, por isso, demiti-lo por isso talvez seja um exagero.

Uma fonte bem posicionada na Economia disse que ele deverá permanecer no cargo, apesar do desgaste gerado pela irritação de Bolsonaro. Waldery acompanhou Guedes na reunião com Bolsonaro na manhã de ontem. Deu explicações e reconheceu que a comunicação foi desastrosa, mas não por intenção. Ficou acertado que, para evitar novos ruídos, a área econômica ficará restrita às discussões técnicas. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

Capitais divergem de acordo da reforma tributária

Das 26, 17 discordam de negociação encaminhada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

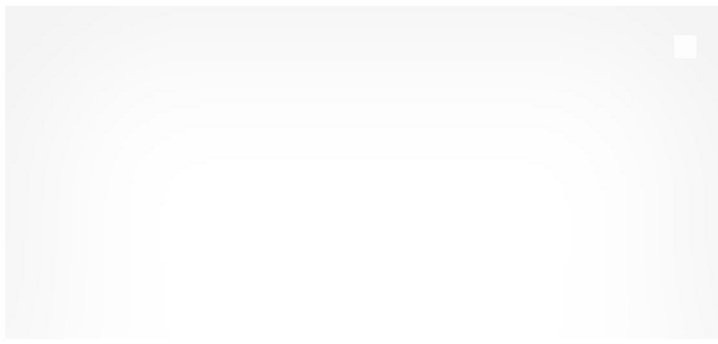
Por **Raphael Di Cunto e Marta Watanabe** — De Brasília e São Paulo

16/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

A maior parte dos prefeitos de capitais diverge da negociação feita pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) com a comissão do Congresso sobre a reforma tributária e deve apresentar em reunião interna hoje uma carta contra as propostas de emenda constitucional (PECs) em tramitação no Congresso e pela defesa do modelo do “Simplifica Já”. O encontro servirá para fechar a proposta da entidade para a audiência pública da reforma amanhã.

A carta, a qual o **Valor** teve acesso, diz que a PEC 45, tem efeitos perniciosos, como retirar a autonomia das cidades sem uma discussão maior do pacto federativo e aumentar a carga tributária do setor de serviços.

“Não há como se concordar com a transformação dos municípios em autarquias subnacionais e muito menos com a sua submissão a fundos de compensação e nem a comitês gestores predestinados ao conflito entre os entes da federação. A incerteza e a imprevisibilidade agravariam ainda mais o tormentoso momento vivenciado no Brasil”, diz a carta. O Simplifica Já prevê a reforma individual dos tributos como ICMS e ISS, sem unificação.



A carta conta com apoio de 17 dos 26 prefeitos de capitais, como o de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), o de Curitiba, Rafael Greca (DEM), o de Goiânia, Íris Rezende (MDB) e o de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior (PSDB). Embora tenham dado aval, nem todos os 17 prefeitos tinham assinado até ontem.

Como o **Valor** mostrou, a FNP negocia com a comissão do Congresso e o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) um modelo para limitar as possíveis perdas de receitas das prefeituras, que envolveria a imunidade recíproca entre União, Estados e municípios e um fundo de compensação de perdas com base num percentual do novo tributo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O formato seria defendido na audiência.

O movimento de parte dos prefeitos de capitais, porém, visa rechaçar a unificação de tributos discutida pelo Congresso. Gilberto Perre, secretário-executivo da FNP, disse desconhecer a carta e que negociação envolvendo imunidade recíproca e o fundo entrará em pauta hoje. A plenária, afirmou, será soberana e irá avaliar a continuidade das negociações feitas. “Estranharia um posicionamento de cerceamento de alternativas”, diz Perre. O que interessa aos prefeitos, defende, é dialogar com Congresso, governo federal e governadores para buscar pontos de convergência.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter

BANCO INTER

Com alta 'transitória' de alimentos, governo eleva projeção de inflação

Aumento pontual dos preços de alguns itens não deve ser confundido com a volta do processo inflacionário, diz Sachsida

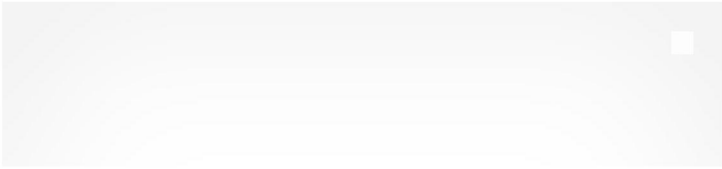
Por **Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro** — De Brasília

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A alta "localizada e transitória" dos preços dos alimentos fez o governo elevar suas estimativas de inflação para este ano. A projeção do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), foi revista para 13,02%, ante 6,58% estimados em julho.

Mesmo com dados indicando uma recuperação melhor que a esperada, a projeção para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) seguiu como queda de 4,7%. É a mesma desde maio.

O aumento pontual dos preços de alguns alimentos não deve ser confundido com a volta do processo inflacionário, disse o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida. Ele avalia que se trata de uma acomodação, como houve recentemente com o preço da carne bovina. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) segue abaixo do piso da meta, ressaltou.



Pelas projeções da Secretaria de Política Econômica (SPE), a taxa deverá ficar em 1,83% neste ano, ante uma projeção anterior de 1,60%. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi elevada de 2,09% para 2,35%.

De acordo com o subsecretário de Política Macroeconômica, Fausto Vieira, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) acumulado teve forte alta e o impacto é mais intensamente captado pelos IGPs. Por isso, a revisão nas projeções foi maior nesse índice do que no IPCA.

As projeções integram o Boletim MacroFiscal, divulgado ontem, que teve como tema central a retomada da economia. “A recuperação está realmente surpreendendo”, afirmou Sachsida.

Ele atribuiu o processo às medidas de apoio aos vulneráveis, às empresas e ao setor público adotadas pelo governo.

O boletim informa que é esperado crescimento de 4,2% na safra agrícola de 2020 ante a de 2019. A indústria, que apresentou queda de 17,5% no segundo trimestre, passou por um período de “nítida recuperação” em maio, junho e julho. Nos ramos da transformação, o aumento foi de 35% nesses meses.

O comércio praticamente recuperou seu desempenho no período de maio a julho e os dados de agosto indicam continuidade do processo, diz o documento.

O setor de serviços tem uma recuperação mais lenta e não conseguiu ainda reverter a queda de 15,4% ocorrida no segundo trimestre.

De acordo com Sachsida, esse setor teve seu piso em maio, enquanto para os outros o ponto mais baixo foi em abril. Por isso, a reação é defasada. No entanto, as projeções indicam que os serviços terão um desempenho mais forte no quarto trimestre, a partir de outubro, e passarão a liderar a retomada.

As projeções de mercado para a retração do PIB, captadas na pesquisa Focus, do BC, estão na casa dos 5%, cada vez mais próximas dos 4,7% calculados pelo governo, disse o secretário.

A divulgação do boletim constava da agenda do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, que, no entanto, não apareceu. Nesta semana, Waldery deu entrevistas em que detalhou alternativas para o financiamento do Renda Brasil, como a desindexação das aposentadorias. Ontem pela manhã, irritado, o presidente Jair Bolsonaro encerrou as discussões sobre o programa e falou em dar “cartão vermelho” a quem propôs essas ideias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

por taboola

Conteúdo Publicitário

Congresso fala em 'cansaço' de Guedes e elogia decisão

Parlamentares demonstram incômodo com insistência da equipe do ministro com medidas de restrição de gasto que tenham as classes mais baixas como alvo

Por Vandson Lima, Renan Truffi e Raphael Di Cunto — De Brasília

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

As críticas do presidente Jair Bolsonaro à sua própria equipe econômica ecoaram positivamente no Congresso Nacional.

Para além de uma mostra de apoio ao presidente, a reação do Parlamento deixou claro o incômodo dos parlamentares com a insistência do grupo comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em medidas de restrição de gasto que tenham as classes mais baixas como alvo.

Parlamentares rechaçaram qualquer possibilidade de o Congresso referendar um congelamento nas aposentadorias como forma de custear o Renda Brasil. Mais do que isso, acusam Guedes de tentar vencer a discussão pelo cansaço.



A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), apontou que a equipe econômica insiste em retirar benefícios dos mais pobres para não ter que mexer com os mais ricos, quando se trata de encontrar espaço fiscal no Orçamento. Segundo ela, os congressistas estão ficando “cansados” dessa estratégia.

“Há uma grande diferença entre a teoria da equipe econômica e a realidade. Não tem lógica a equipe econômica imaginar que, num país com tanta desigualdade, tanta miséria, tantos super-ricos, você precisa melhorar as condições dos miseráveis mexendo na classe D ou na classe média, quando você tem alternativas de mexer com a classe A e B”, disse. “Isso é não conhecer a realidade. O presidente [Bolsonaro] está coberto de razão. A equipe econômica está querendo nos vencer pelo cansaço e quem está ficando cansado somos nós.”

Parte dos parlamentares já havia saído em defesa de Bolsonaro quando ele foi a público para dizer que o governo não iria acabar com o abono salarial porque isso significaria retirar dos “pobres” para dar aos “paupérrimos”.

O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), apontou que “os dias de Guedes estão contados” no governo. Para ele, Bolsonaro está “satanizando” o chefe da equipe econômica, assim como teria feito com outros ministros, antes de demiti-los. “Bolsonaro demonstrou mais uma vez que está defenestrando seu ‘posto Ipiranga’. Fica claro o mesmo roteiro de satanização dos seus aliados. Bolsonaro quer medidas políticas e o Guedes está tentando dizer que o caminho não é por aí. Os dias do Guedes estão contados mesmo”, disse. “Ele [Bolsonaro] está imitando o

capitão Nascimento do [filme] 'Tropa de Elite': 'pede para sair [Paulo Guedes]'. E o Guedes só pensando: 'Você é moleque'."

Líder do MDB, o senador Eduardo Braga (AM) pediu que Bolsonaro "não jogue a toalha" em relação ao Renda Brasil e recomendou a tributação de lucros e dividendos e a elevação da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) como forma de custear o programa.

"Tirar dinheiro de idosos e deficientes para bancar renda básica é um contrassenso. Mas não dá para jogar a toalha e deixar desassistidos milhões de excluídos no país. Dá muito bem para bancar uma renda básica permanente tributando lucros e dividendos e elevando a CSLL dos bancos, entre outras alterações na legislação tributária." Braga apresentou um projeto que institui uma renda básica de até R\$ 600 por família, a depender do número de dependentes.

Deputados governistas e de centro, que costumam apoiar a agenda econômica do governo, minimizaram a decisão de Bolsonaro de enterrar as discussões sobre o Renda Brasil e manter o Bolsa Família - ainda não está claro se ampliado ou se no atual modelo. Nos bastidores, esses parlamentares afirmaram que o modelo causaria desgaste, por cortar benefícios para outras camadas de baixa renda, e jamais chegaria nem próximo do alcance do auxílio emergencial, não fazendo portanto qualquer sentido a substituição.

O líder de um partido de centro-direita diz que a oposição fará disso um cavalo de guerra para tentar desgastar Bolsonaro, mas o resto da Câmara deve se conformar porque sabe do cenário de restrição fiscal. Um parlamentar governista diz que Bolsonaro ainda pode recuar e ampliar o valor das verbas para o Bolsa Família e mudar algumas regras, para reforçar a disputa sobre o legado petista. Uma eventual perda da popularidade do presidente é esperada, mas isso já seria natural porque o alcance do novo programa seria bem mais limitado que o auxílio emergencial.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Elite do funcionalismo teme fim da estabilidade

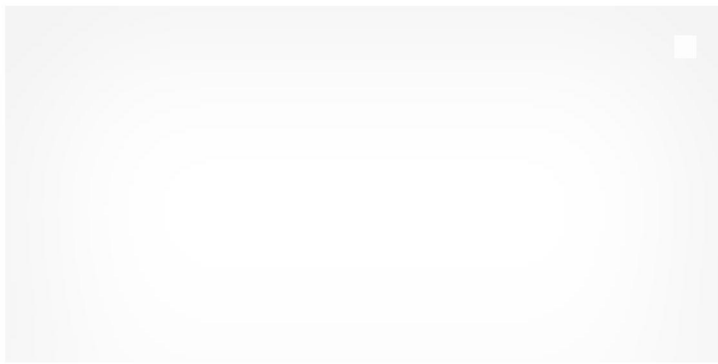
Brasil tem servidores de alto nível e serviços de baixa qualidade

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O tema mais espinhoso da reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional é o da estabilidade dos funcionários públicos no emprego. Mesmo que os parlamentares envolvidos nessa matéria assegurem que, se houver alguma “flexibilização” desse direito inscrito na Constituição, a mudança só valerá para quem ingressar no serviço público depois de aprovada e regulamentada a emenda constitucional enviada pelo governo ao parlamento, a elite do funcionalismo vê com enorme preocupação possíveis alterações na estabilidade.

Para deixar bem claro, o uso da palavra “elite” aqui é desprovido de qualquer ironia, ao contrário do que estamos acostumados a ver no debate público brasileiro. Um dos significados de “elite”, talvez, o primeiro, é o que há de mais valorizado e de melhor qualidade em um grupo social.

Brasil tem servidores de alto nível e serviços de baixa qualidade



O Brasil, que já se chamou Ilha de Vera Cruz (além de Pindorama, Terra de Santa Cruz e Estados Unidos do Brasil), possui em algumas áreas do serviço público pessoal de qualificação que nada deixa a desejar quando comparado a seus pares em nações ricas. São reconhecidas ilhas de excelência - e o são por causa da alta qualidade de seus funcionários, recrutados por meio de concorridos concursos públicos - o Itamaraty, o Banco Central (BC), o Banco do Brasil, a Receita Federal, a Polícia Federal, o CNPq, o INEP, o TCU, o IBGE, o IPEA, algumas universidades federais, para ficar apenas em órgãos da União.

Não podem deixar de ser mencionadas três carreiras que floresceram depois da promulgação da Constituição, em 1988 - os analistas de controle do Tesouro, os consultores legislativos e os gestores federais. Acompanhado de colegas do BC e do TCU, essa turma reúne a "nata" do funcionalismo público brasileiro.

Não se tenha dúvida de que isso resulta do esforço dos constituintes de 1986 (ano em que foram eleitos para escrever a nova Carta Magna do país) em criar um Estado moderno, integrado por pessoas que, por meio de seu esforço pessoal e submetidos a concursos rigorosos (na maioria dos casos), conquistam o almejado emprego de funcionário público. Com algumas poucas exceções na lista mencionada, a maioria desses funcionários se sentiu atraída pelas carreiras públicas por causa dos salários, da estabilidade no emprego e de vantagens como aposentadoria integral e direito à paridade (reajuste salarial idêntico ao de servidores da ativa).

Essa estrutura foi criada para implantar a nova Constituição, que, apesar de suas idiossincrasias, contempla, talvez, o primeiro grande projeto civilizador da história do país.

Com todas as suas contradições, brasileiros de diversas origens e motivações nos encontramos no texto constitucional, daí, o espanto de alguns, digamos, com o tamanho da “conta”, e de outros, neste caso, milhões, com o fato de, decorridos 32 anos da promulgação, a Constituição “cidadã” ainda ter melhorado sua vida.

A evidente falência do Estado brasileiro não deveria ser atribuída aos aspectos civilizadores da Carta Magna, afinal, o setor público da Ilha de Vera Cruz gasta tanto com tão poucos... Os exemplos são visíveis a olho nu. No Orçamento Geral da União, revela-se que, anualmente, o governo federal abre mão de um pouco mais de R\$ 300 bilhões (cerca de 4% do PIB) pelas seguintes razões:

1. O governo deixa de arrecadar uma fortuna em benefícios fiscais concedidos, por exemplo, a multinacionais da indústria automobilística, à classe média (por meio da indefensável dedução de gastos com saúde e educação da base de cálculo do Imposto de Renda), ao Simples Nacional (disfarce usado por empresas de médio e até grande porte para pagar muito menos imposto) e à Zona Franca de Manaus;

2. A União oferece crédito subsidiado, principalmente, a grandes empresas.

O Estado brasileiro ainda é proprietário de uma miríade de estatais (são mais de cem!) e de seis bancos federais. Se você, leitor, mora em Brasília, olhe para qualquer lado duas vezes. Na segunda vez, perceberá que o poder autóctone da capital federal é capaz de criar despesas sem passar pelo crivo, leitor, de seus representantes no Congresso.

País de contrastes, o Brasil possui um funcionalismo de qualidade invejável, mas os serviços públicos acessados pela maioria desvalida é de péssima qualidade e, por isso mesmo, dificulta sobremaneira a implementação do projeto de nação inscrito na Constituição.

Onde entra o funcionalismo nessa conversa? Ora, o gigantismo do Estado nas dimensões mencionadas - não se falou aqui em excesso de pessoal porque, de fato, não há - fez com que a sociedade, ao analisar todas as contas, chegasse ao serviço público.

Seria interessante se a elite do funcionalismo analisasse o Estado brasileiro como um todo, e não apenas seu status quo, salário, estabilidade e que tais, e entrasse firmemente no debate de uma reforma administrativa. Essa elite, até por sua qualificada formação acadêmica, conhece melhor o Estado do que a maioria da intelectualidade nacional.

Na semana passada, esta coluna questionou a estabilidade absoluta e foi bastante contestada por entidades representativas do funcionalismo. A coluna alegou que o expediente da estabilidade não impediu que a corrupção continuasse muito presente no Brasil.

“Gostaríamos de lembrar que a corrupção é marca não apenas de políticos desonestos que desvirtuam instituições públicas, mas de agentes privados ativos num país caracterizado por uma das maiores concentrações de riqueza e de poder econômico do mundo”, manifestaram-se Bráulio Santiago Cerqueira, secretário-executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Fianças e Controle (Unacon Sindical), e Paulo Lino Gonçalves, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). “Destacamos que é falsa a premissa de que a estabilidade deve evitar todos os casos de corrupção, afinal se algo não é 100% eficaz, não significa que seja 100% ineficaz. A própria visibilidade da questão no Brasil se relaciona à democracia, à imprensa investigativa, à disputa política, mas também à independência política dos servidores do controle interno e externo, da transparência, das forças-tarefas da Polícia Federal com membros do Ministério Público, etc.”

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter

BANCO INTER

Ensino médio avança, mas aprendizagem ainda é baixa

Com pandemia, melhora na nota do Saeb fica mais difícil em 2021

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco: olhar mais atento à gestão escolar em alguns Estados pode explicar melhora — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A aprendizagem em matemática e português dos alunos de ensino médio da rede pública melhorou em todos os Estados entre 2017 e 2019, mostram os dados do Sistema de Avaliação da Educação Pública (Saeb), divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na maior parte das unidades da federação, o ganho de desempenho entre 2019 e 2017 também superou a variação observada no biênio 2017-2015.

Embora representem um alento para um ciclo historicamente estagnado da educação pública, os dados devem ser olhados com cautela. Isso porque a maioria dos Estados ainda está em níveis muito baixos de aprendizagem no ensino médio. E, entre 2015 e 2017, algumas unidades da federação haviam piorado na avaliação - logo, o resultado de 2019 só recuperou as perdas.

Ensino médio público - Português

Nota pela Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

	2019	2019 vs 2017	2017 vs 2015	Biênio 2019-17 vs Biênio 2017-15	2019 vs 2015

		VS 2017	VS 2015	2017-15	VS 2005
Espírito Santo	286,95	10,40	6,10	Ganha	29,37
Goiás	285,35	14,48	6,78	Ganha	43,00
R. G. do Sul	282,98	11,75	6,51	Ganha	6,03
Paraná	281,77	14,99	-0,58	Ganha	22,53
M. G. do Sul	279,43	12,44	-7,30	Ganha	15,58
São Paulo	279,12	13,18	-1,69	Ganha	25,48
Distrito Federal	279,05	17,28	-8,68	Ganha	13,36
Minas Gerais	277,84	9,35	5,53	Ganha	17,23
Santa Catarina	276,90	14,80	-6,16	Ganha	19,24
Pernambuco	276,30	13,59	-3,25	Ganha	36,12
Rondônia	275,80	10,89	0,39	Ganha	22,86
Ceará	270,42	10,96	11,43	Perde	22,16
Rio de Janeiro	268,79	10,21	-7,27	Ganha	27,06
Acre	268,17	6,66	1,13	Ganha	22,93
Paraíba	266,24	18,21	-0,11	Ganha	36,58
Mato Grosso	265,98	9,19	-3,19	Ganha	16,34
Sergipe	261,80	7,98	8,58	Perde	14,78
Roraima	262,39	13,34	-8,11	Ganha	7,47
Piauí	262,30	15,11	-0,24	Ganha	28,04
Tocantins	262,30	5,38	6,83	Perde	28,23
Alagoas	260,64	12,39	5,93	Ganha	24,81
Bahia	256,94	14,60	-2,02	Ganha	19,87
Amapá	256,64	9,06	-5,57	Ganha	12,15
Maranhão	256,57	6,18	5,53	Ganha	33,96
Amazonas	255,97	4,66	-10,30	Ganha	29,09
R. G. do Norte	255,32	11,59	-0,17	Ganha	22,62
Pará	252,84	14,97	-12,81	Ganha	15,92

Fonte: Inep

Em matemática, os nove melhores entes (Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Rondônia) têm nota equivalente à escala 3 de proficiência, enquanto 11 Estados estão na faixa 2, e três, na 1, a mais básica. As notas, que vão de 0 a 500, estão distribuídas em 10 intervalos. No nível 3, o aluno é capaz, por exemplo, de “resolver problemas utilizando operações fundamentais com números naturais”, diz o Inep.

Em português, 11 Estados (Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco e Rondônia) estão na faixa 3 de proficiência, de um total de 8, nível em que o aluno é capaz de “localizar informação explícita em artigos de opinião”. Os demais estão no nível 2.

“Tirando alguns casos, o conjunto dos Estados vinha de um longo ciclo de estagnação ou declínio. É uma grande notícia, mas não significa que entramos numa trajetória virtuosa de melhora acelerada do ensino médio”, diz João Marcelo Borges, consultor em políticas educacionais.

Segundo Borges, a pandemia já diminuiu de largada as chances de outro avanço no mesmo ritmo na próxima edição do exame, em 2021. “O mais provável é que exista, no mínimo, uma desaceleração. E, além do desempenho, a evasão deve aumentar.”

O Saeb é aplicado a cada dois anos para alunos do fundamental (2º 5º e 9º anos) e para os alunos do 3º ano do ensino médio. A nota do Saeb também entra no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb, *veja texto abaixo*), que considera ainda métricas de “fluxo” (aprovação, reprovação e abandono).

Uma hipótese para explicar a melhora, aponta Borges, pode também estar na política. “Há uma pressão sobre os governadores para melhorar o ensino médio desde o Mendonça Filho [ministro de Michel Temer]”, diz.

Isso também dialoga com o fato de a edição de 2019 ser só a segunda feita de forma censitária para o ensino médio. Com a divulgação dos dados de cada escola estadual, aumenta a preocupação dos gestores em evoluir nos indicadores.

Outras políticas aceleradas nos últimos anos, como a expansão das escolas em tempo integral, podem ter contribuído no retrato de 2019. “Na média, as escolas de tempo integral ainda não influem muito, mas o efeito não é desprezível”, diz Borges.

Já para João Batista de Oliveira Jr., presidente do Instituto Alfa e Beto, as políticas educacionais atuais não explicariam o avanço. “Certamente não é fruto de algo intencional ou do desenho de alguma política. A distância entre o 9º ano do fundamental e o 3º do médio continua em cerca de 20 pontos e isso preocupa”, diz.

Segundo Oliveira Jr., a pandemia pode aumentar a diferença de desempenho entre as redes estaduais e particulares. “De um jeito ou de outro, os alunos das escolas estão tendo aulas.”

Em alguns Estados, o olhar mais atento para a gestão escolar pode ser a resposta, diz Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco. “Há uma dimensão de gestão pedagógica que ocorreu com mais intensidade de meados da década para cá.”

Segundo ele, isso se aplica principalmente aos Estados com melhor desempenho nos últimos anos. “Esse pelotão está utilizando metas e monitoramento da aprendizagem. Não é uma coisa mágica, é o trabalho no chão de fábrica.”

Em 2019, o Espírito Santo repetiu o desempenho da avaliação anterior e ocupou o primeiro lugar em matemática e português, seguido por Goiás.

No entanto, os especialistas recomendam cautela ao comparar os Estados no formato de ranking, sobretudo por causa das diferenças socioeconômicas entre as regiões do país. É mais recomendável acompanhar a evolução de cada localidade.

Desde 2005, quando a avaliação começou a ser implementada, Goiás liderou o crescimento na disciplina de matemática, com alta de 30 pontos, seguido por Pernambuco (29,8 pontos), Piauí (21,2 pontos), Espírito Santo (20

pontos) e Maranhão (19,8 pontos). Apenas pela ordem crescente de notas de 2019, no entanto, Maranhão é o 24º colocado, com 249,77 pontos.

As dúvidas sobre o progresso sustentado do ensino médio nos próximos anos estão ligadas ainda à data das avaliações e aos efeitos trazidos pela pandemia.

“Se o Saeb for feito em 2021 no mesmo período do ano [meados do último trimestre] das edições anteriores, a série histórica estará comprometida”, diz Borges. Como ainda não há previsão de retorno às aulas, é provável que o aluno de 3º ano participe da avaliação com menos de um semestre de aula nessa série, explica.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, informou ontem que o Saeb 2021 está confirmado e contará com a implementação, no ensino médio, do “Enem seriado”. Pelo novo modelo, o estudante realizaria três provas, uma a cada etapa, para se credenciar para uma universidade. Hoje, o Enem é um exame único aplicado ao fim da educação básica.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Segredo indiano para cabelo crescer nas entradas de calvície chega ao Brasil
SHIKAKAI

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nova combinação é de juro baixo e câmbio mais alto, afirma Guedes

VALOR INVESTE

Bolsonaro sanciona parte do perdão de dívidas de igrejas e estimula Congresso a derrubar vetos

VALOR INVESTE

Pressão sobre alimentos deve continuar, mas não reflete problema geral com inflação, diz BV

Ver comentários

Especialistas defendem fortalecer transferência de renda

Para Nilson Teixeira, da Macro Capital uma das alternativas para financiar o Renda Brasil seria incluir na reforma administrativa a possibilidade de redução de carga horária e de salários dos servidores

Por **Leila Souza Lima** — De São Paulo

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Após o governo federal anunciar a desistência do Renda Brasil, especialistas em políticas públicas saíram em defesa não só da manutenção de programas para transferência de renda, mas do fortalecimento do Bolsa Família como alternativa para combater a pobreza e mitigar os impactos da crise recessiva causada pela pandemia da covid-19. Entre os argumentos, apontam que o programa é a solução mais eficiente pelo lado fiscal, porque custa menos, alcança os mais pobres e estimula a atividade econômica.

Defensor da manutenção da transferência de renda aos mais pobres, com a opção por um ajuste fiscal mais gradual a partir de 2021, Nilson Teixeira, sócio fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, afirmou que uma das alternativas para financiar programa como o Renda Brasil pelos próximos dois anos seria incluir na emenda constitucional referente à reforma administrativa a possibilidade de redução de carga horária e, em contrapartida, de salários dos servidores. Segundo ele, seria uma saída pelo lado do controle das despesas, sem exercer pressão no teto fiscal.

“Seria algo nos moldes do que ocorreu na iniciativa privada no decurso da pandemia da covid-19. Isso poderia gerar uma economia expressiva, além de ser um belo exemplo, uma sinalização do governo de que todos estão participando num esforço conjunto”, disse.



Ads by Teads

Na visão de Teixeira, a manutenção de um programa de transferência de renda mais amplo contribuiria para evitar uma desaceleração mais forte após a pandemia e, principalmente, melhorar os retornos à sociedade advindos dos gastos públicos. “O auxílio pago a esses 66 milhões de brasileiros contribuiu para que a contração da atividade no segundo trimestre tenha sido menor, e a recuperação econômica no terceiro trimestre seja mais forte. Mas adiante, porém, isso vai acabar e representará uma quebra abrupta.”

Teixeira voltou a dizer que não vê problema em se ter déficit primário de 4% ou 5% do PIB em 2021, desde que firmado pacto de ajuste à frente para se chegar ao equilíbrio fiscal.

Diretor do FGV Social, Marcelo Neri defendeu que injetar recursos via Bolsa Família é a melhor medida de socorro à população - mantendo-se assim a frente de combate à pobreza - e à economia. Segundo ele, cada real gasto no programa tem um impacto 673% maior na redução da pobreza do que, por exemplo, o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Neri ponderou que o Bolsa Família é a solução mais eficiente também pelo lado fiscal. “Mas no imaginário popular o salário mínimo é a grande política de combate à pobreza”, disse ele, ao avaliar também políticas vinculadas ao salário mínimo e a medida do Congresso de dobrar a linha de elegibilidade em renda para acesso ao BPC, que custaria perto de R\$ 20 bilhões por ano.

“A comparação do Benefício de Prestação Continuada com o programa Bolsa Família é relevante dentro da perspectiva do custo de oportunidade social, em que

comparamos cada iniciativa com a melhor aplicação disponível”, disse Neri.

Para Teixeira, o presidente Jair Bolsonaro não está errado ao argumentar que não é possível “tirar dos pobres para dar aos paupérrimos”. Mas frisou, contudo, que antes de reduzir as transferências para os pobres, o caminho seria pensar na redução de privilégios e renúncias tributárias que beneficiam os mais ricos, que contribuem para tornar regressiva a carga tributária no país.

“É aí que surgem inconsistências, pois não há hoje medidas claras para reduzir privilégios da classe mais rica”, pontuou, ao dizer que muitos desses benefícios são construídos sobre fundamentações frágeis ou que deixaram de fazer sentido.

Ao dizer que “está proibido” se falar em Renda Brasil e que o programa Bolsa Família vai continuar em vigor, o presidente Jair Bolsonaro está “fugindo do debate sobre o que fará em resposta à crise de renda ocasionada pela pandemia da covid-19”, afirmou Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Estamos vivendo uma crise econômica e de emprego sem precedentes.”

Segundo ela, é importante separar o debate sobre combate à pobreza do da crise emergencial causada pela pandemia da covid-19. “A mensagem por trás da fala do presidente hoje é que o governo vai acabar com o auxílio emergencial e não vai colocar nada em seu lugar para apoiar os milhões de pessoas que estão desempregadas e sem renda agora.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

HONDA

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

Fim do auxílio pode tirar 2,4% do PIB de 2021, estima MB

Impacto ocorreria com a retirada total do auxílio emergencial em 2021, sem a substituição por qualquer outro programa de complemento de renda

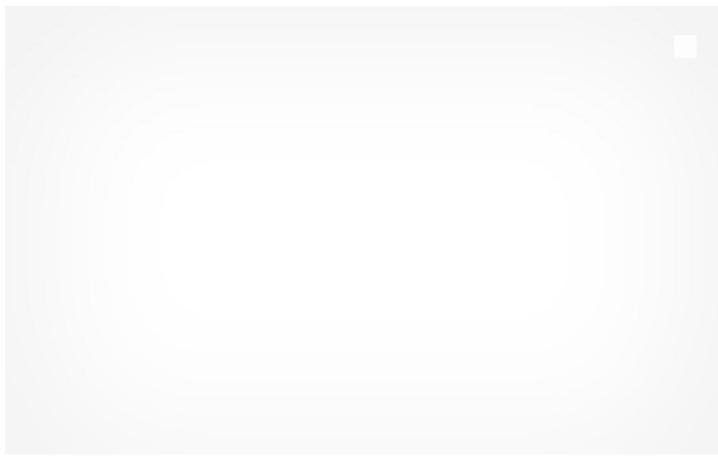
Por Ana Conceição — De São Paulo

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A retirada total do auxílio emergencial em 2021, sem a substituição por qualquer outro programa de complemento de renda, poderia tirar 2,4% do PIB do ano que vem, segundo exercício feito pelo economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Esse impacto seria parcialmente compensado pela recuperação cíclica pós-pandemia, diz ele.

Um auxílio de R\$ 250 para 25 milhões de pessoas ao longo do ano diminuiria o impacto negativo para 1,9%. Neste ano, 69 milhões de pessoas receberam R\$ 600 mensais até agosto, parcela que diminuirá para R\$ 300 em setembro. “Não queremos dizer que com isso o PIB perderá necessariamente essas taxas [de 2,4% e 1,9%], mas que o impacto no ano que vem não será trivial e é um empecilho para uma recuperação mais vigorosa”, escreve o economista em comentário enviado a clientes. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro descartou a criação do Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família.

Nos cálculos de Vale, sem os R\$ 332,4 bilhões do auxílio emergencial, o PIB de 2020 cairia 7,1%. A estimativa da MB é de um recuo de 4,8%. O exercício considera o consumo de 80% do total dos recursos transferidos pelo governo à população.



Se o valor de R\$ 600 mensais do auxílio se mantivesse até o fim do ano, em vez de R\$ 300 a partir de setembro, o PIB poderia cair 2,5%. Ou seja, a diminuição do auxílio vai tirar 2,3 pontos percentuais do PIB. Os exercícios não levam em conta o impacto fiscal e o que isso significaria de estresse para a economia. “A queda do PIB pode ser maior agora, mas evitar estender o benefício para R\$ 600 até o fim do ano ajudará a diminuir o risco fiscal”, afirma ele.

Seja como for, os impactos sobre o consumo em 2021 podem ser significativos. “No fim, reforça a estimativa de um crescimento baixo do PIB em 2021, de 2,2%”, escreve Vale, observando ainda que o desemprego caminha para 17%, com chance de queda muito lenta no ano que vem. “Mercado de trabalho precarizado com perda da renda do auxílio não parece o melhor dos mundos para 2021”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

Sem política fiscal crível, risco afeta juro e câmbio e leva à inflação, diz Pastore

Ex-presidente do Banco Central considera fundamental manter o teto de gastos e encaminhar reformas que garantam a sustentabilidade das contas públicas

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

16/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Pastore: preocupação apenas eleitoral pode ampliar gastos e prejudicar programa de renda fiscalmente responsável — Foto: Claudio Belli/Valor

Sem arrumar o cenário fiscal, o que inclui a manutenção do teto de gastos e o encaminhamento de reformas estruturais, o Brasil terá de conviver com juros

longos mais altos, câmbio mais depreciado e, futuramente, risco inflacionário maior, alerta o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, sócio da A.C. Pastore & Associados. Apesar do aperto nas contas, ele disse ontem, em Live do **Valor**, ver espaço para um novo programa de transferência de renda que, remanejando benefícios atuais, seja fiscalmente sustentável e evite condições de pobreza. Pastore recomendou que o governo olhe para saídas do tipo e sugeriu que a sociedade faça pressão por isso.

O economista reforçou que o país foi “pego” pela pandemia em uma situação fiscal bastante vulnerável e, ainda assim, precisou aumentar gastos. Relativizando a importância da discussão sobre uma retomada econômica em “V”, Pastore, que é coordenador do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), afirmou que a atual recessão é a mais profunda da história do Brasil, mas também deverá ser muito curta, com dois trimestres, assim como na crise financeira de 2008-2009.

O auxílio emergencial foi muito importante para evitar uma queda ainda maior no consumo das famílias, o que beneficiou sobretudo o comércio - a trajetória dos serviços ainda gera incertezas, segundo ele. “Quando terminar a ajuda, se não tiver algo que a substitua, vai ter um problema no consumo”, disse. Ao mesmo tempo, Pastore considera que o programa tem um desenho “torto”, englobando mais do que aqueles de fato em situação de emergência e, assim, produzindo déficits maiores do que o necessário.

O cumprimento do teto de gastos está liberado neste ano, mas volta a valer no próximo. Com reformas, o país pode ganhar algum tempo para arrumar essas contas, disse Pastore. “Se aprovar uma reforma administrativa dura, aquela que pega todos os funcionários, você pode convergir para a consolidação fiscal mais devagar”, exemplificou. Se nada for feito, porém, haverá problemas, e, sem comprometimento com dívida externa, o “prêmio de risco” do Brasil aparece no câmbio e na “inclinação” da curva de juros, explicou ele.

De junho de 2019 até fevereiro deste ano, a curva era estável, com uma inclinação pequena, mas quando o BC cortou a Selic no contexto da pandemia, os juros longos deram uma “bruta empinada”, afirmou Pastore. Com a economia deprimida, seria difícil o movimento refletir risco de inflação. “Isso se chama risco fiscal”, disse. Mas se

o país não acertar a parte fiscal e criar âncora, “é melhor se preparar para ver taxa de juros longa muito alta, câmbio mais depreciado e começar a aparecer, bem lá na frente, risco maior de inflação”, afirmou.

Segundo Pastore, uma depreciação cambial mexe no índice de preços ao produtor agrícola muito rápido e parte disso é transferido também rapidamente à alimentação no domicílio, que já avança 11,39% nos 12 meses até agosto. Se o câmbio ficar estável ao redor dos atuais R\$ 5,30 pelos próximos seis meses, o repasse aos índices de preços é zero, observou. Se “brincar” de tirar o teto de gastos, disse ele, o câmbio pode fechar mais à frente perto de R\$ 6. Isso é repassado aos preços, mexendo depois nas expectativas de inflação e produzindo inclinação adicional da curva de juros. Nesse cenário, mesmo com a economia deprimida, o BC pode se ver obrigado a subir juro. Assim, um choque que seria transitório pode se tornar algo mais persistente. “Se por um caminho ou outro o teto for mantido, esse risco é pequeno. Se não for mantido, é um risco real”, disse Pastore.

Na sua avaliação, o governo é “confuso” na sinalização se vai cumprir ou não o teto e, se a preocupação for apenas com a eleição de 2022, a tendência é aumentar gastos. Fugir de questões meramente eleitorais também é importante, segundo ele, na busca por um novo programa de transferência de renda que respeite o teto.

Pastore reconheceu que “não é razoável” fazer política econômica sem pensar na distribuição de renda, muito desigual no Brasil. Segundo ele, houve ganhos nesse campo, mas “há muito para avançar”. Um dos diretores do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP), Pastore mencionou programa elaborado por Vinícius Botelho, Fernando Veloso e Marcos Mendes, com apoio do CDPP, propondo a fusão do Bolsa Família ao salário-família, abono salarial e seguro-defeso. “Você endereça o objetivo de melhorar a distribuição, ter a extinção da pobreza extrema e, ainda, ficar dentro do teto.”

Ele disse que o governo deveria olhar para programas do tipo. “Deveria, de uma forma ou de outra, a sociedade fazer pressão na direção de que um programa assim fosse aprovado. É possível fazer, desde que se esteja pensando no brasileiro, no bem-estar da sociedade.”

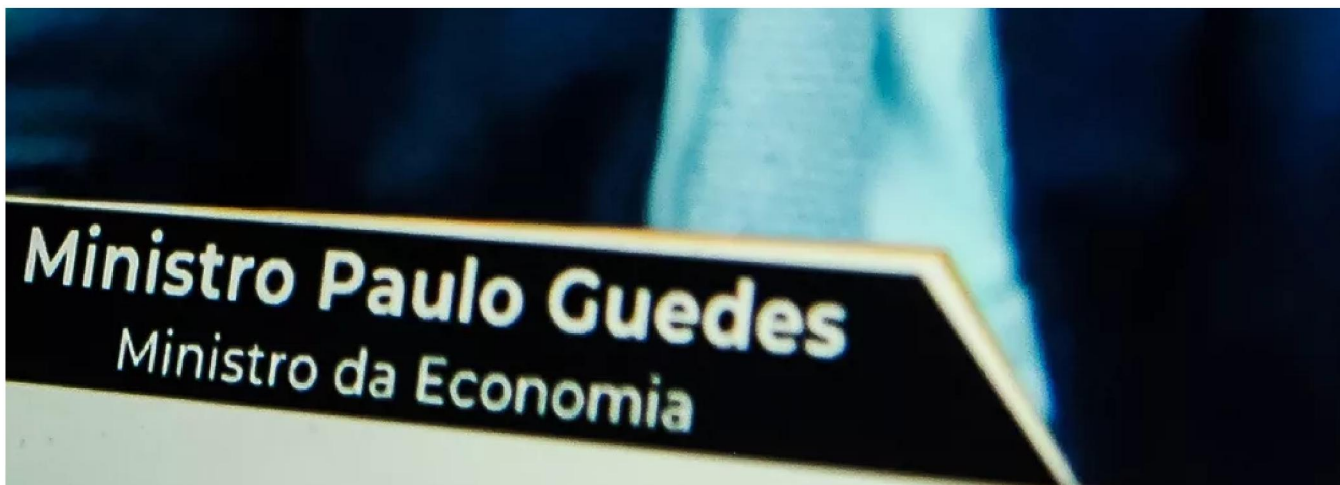
Tempo de hibernação do Renda Brasil vai depender da política

Programa pode voltar à tona, como ocorreu com a CPMF

Por **Claudia Safatle** — De Brasília

16/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



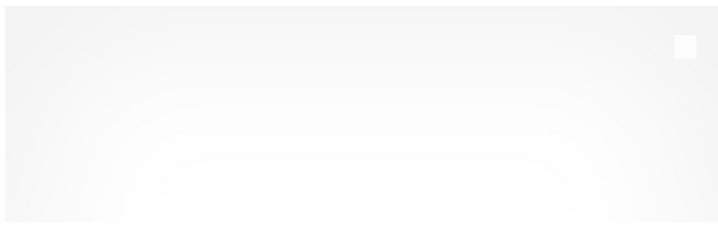


Paulo Guedes defende desindexar, desvincular e desobrigar o orçamento — Foto: Claudio Belli/Valor

Da mesma maneira que o Imposto sobre Transações (cuja referência é a velha CPMF) não morreu, o Renda Brasil também não foi enterrado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. Ambos entraram em estado de hibernação por um tempo que será determinado pela política.

Há um princípio no governo, instituído após o acordo com o Centrão, de que é a decisão política que determina se alguma medida vai adiante ou se ela está descartada. Talvez esse princípio não tenha sido bem compreendido por assessores do Ministério da Economia. “Ao burocrata cabe fazer os estudos com base na determinação das lideranças políticas em acordo prévio com Bolsonaro”, disse uma fonte oficial. O ministro da Economia, Paulo Guedes, faz parte desse “conselho” político, segundo explicou.

É muito difícil imaginar que o governo chegará no fim do ano sem nada a oferecer aos que hoje recebem o auxílio emergencial. Isso no pressuposto de que são milhões de brasileiros que não vão encontrar emprego até lá. Com o nome de Renda Brasil ou Bolsa Família ampliada ou ainda uma terceira hipótese, o certo é que algo entrará no lugar do auxílio emergencial de R\$ 300, que termina em dezembro.



Para refrescar a memória, o Imposto sobre Transações foi defendido por Marcos Cintra, então Secretário da Receita. Cintra concedeu entrevista e defendeu abertamente a criação do novo tributo poucas horas depois de ser aconselhado por Guedes, a pedido do presidente Bolsonaro, a não falar sobre o assunto. O presidente entrava em uma cirurgia no dia em que a entrevista saiu publicada. Ele havia pedido a Guedes para não ser surpreendido com notícias de um novo imposto quando deixasse a sala de cirurgia, tal como havia acontecido em outro momento de internação hospitalar. O secretário foi sumariamente demitido, mas o tema do novo imposto continua vivo.

Dos três "D" - desindexar, desvincular e desobrigar - preconizados pelo governo na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo, a desindexação representaria, quando e se aprovada, a conclusão do Plano Real.

Após 25 anos da Medida Provisória 1.053 - editada um ano depois do Plano Real para desindexar a economia, o vírus da indexação - que transporta para o futuro a inflação passada - permanece vivo. Cerca de 30% da variação do IPCA de hoje ainda sofre alguma influência de aumentos de preços de ontem. A MP, editada em julho de 1995, proibiu o uso da correção monetária e de índices de reajustes de preços em todos os contratos de até um ano e estabeleceu a livre negociação para os salários.

Em 2011, no início do governo de Dilma Rousseff, houve uma tentativa de técnicos do governo de avançar nesse assunto de forma abrangente. Havia, ali, uma agenda ousada de desindexação da economia que ia além de contratos atrelados a índices de preços, chegando aos investimentos atrelados ao DI, cadernetas de poupança e outros, mostrando que o mapa de indexação do país era bem mais extenso do que se imaginava. Não vingou.

Os governos, ao que parece, se desobrigaram da tarefa de desmontar os mecanismos subsistentes de correção de preços baseado nos índices passados. O

momento em que a inflação está baixa e sob controle, como agora, seria o mais adequado para avançar no combate à inércia inflacionária que se arrasta em função dos mecanismos de indexação.

Cerca de 70% do orçamento da União é indexado à variação do salário mínimo ou a índices de preços. Isso corresponderia a algo próximo a R\$ 75 bilhões quando a inflação considerada convergia para a meta de 4,25%. Mas hoje, com a inflação abaixo do piso da meta, essa despesa representa menos da metade do valor estimado.

A desvinculação e a desobrigação têm impacto modesto sobre o gasto público. A essência dessa medida é mais para dar eficiência à alocação dos recursos orçamentários do que para economizar. Há despesas que terão que acontecer mesmo sem estarem legalmente vinculadas à receitas pré-determinadas.

Os salários, quando da superinflação, eram indexados mensalmente. Hoje prevalece a livre negociação. Os benefícios previdenciários não precisam estar indexados ao salário mínimo. Devem, sim, ter alguma correção anual com base em índice de preços para manter o seu poder de compra. Caso contrário, ao ser atrelado a variação do mínimo, a tendência dos governos é de não conceder aumento real no valor do piso salarial para não comprometer mais as contas da Previdência.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

As estradas pediram inovação. E o caminhão mais inovador do Brasil já pode ser seu.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Bahia: empresárias lucram com venda online usando app grátis

União vence disputas tributárias no Supremo

Uma delas trata do aumento da alíquota da Cofins-Importação e a outra sobre a apreensão de importados pela Receita

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

16/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



A União venceu duas importantes disputas tributárias no Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF). Ambas relacionadas ao comércio exterior. Uma delas trata do aumento da alíquota da Cofins-Importação. A outra é sobre a possibilidade de a Receita Federal apreender mercadorias trazidas do exterior para forçar o pagamento de impostos.

O primeiro caso foi definido por maioria de votos. Havia duas discussões na mesa: o aumento de 1% da alíquota da Cofins-Importação - de 7,6% para 8,6% - e a proibição do direito de crédito sobre esse percentual.

Os dez ministros que participaram do julgamento consideraram constitucional o aumento da alíquota. Houve divergência, no entanto, em relação ao uso dos créditos. Sete ministros votaram para manter a proibição e três - vencidos - discordaram, entendendo que haveria ofensa ao princípio da não cumulatividade.

A mudança na Cofins-Importação ocorreu em 2011, por meio da Medida Provisória (MP) 540, convertida na Lei nº 12.546, do mesmo ano. Afetou produtos de alguns setores da economia. Automotivo, têxtil e farmacêutico dentre eles.

A MP também vedou o direito de crédito referente ao percentual de reajuste, de 1%, para a apuração (dedução ou abatimento) e recolhimento da Cofins devida no mercado interno - que incide sobre a receita das empresas. A Cofins-Importação incide sobre o valor aduaneiro do produto importado.

Os ministros julgaram esse tema, em repercussão geral, por meio de recurso apresentado pela GP Imports Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (RE 1178310). A importadora contestava decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, no Sul do país, que considerou a mudança constitucional.

O segundo caso, sobre a apreensão de mercadoria no despacho aduaneiro, teve votação unânime. O ministro Marco Aurélio foi o relator dos dois processos.

Os ministros decidiram que a Receita Federal pode reter os produtos vindos do exterior até que o importador pague todos os tributos cobrados na operação. Essa discussão é direcionada aos casos em que o Fisco entende ter havido subfaturamento e exige a diferença dos valores declarados pelo contribuinte.

A discussão era saber se a Súmula nº 323, do STF, poderia ser aplicada a esses casos. O dispositivo afirma ser inadmissível a retenção de bens como meio coercitivo para o pagamento de tributos. O Fisco, neste caso, só poderia fazer as cobranças por meio de processo de execução fiscal.

Mas, para os ministros, o despacho aduaneiro não pode ser incluído no mesmo contexto da súmula. A tributação sobre a importação, afirmaram, tem caráter extrafiscal, para proteger a indústria nacional.

O ministro Marco Aurélio cita no seu voto o Decreto nº 6.759, de 2009, com redação dada pela Lei nº 8.010, de 2013, que estabelece o descumprimento da obrigação fiscal como empecilho à conclusão do procedimento alfandegário, o que impede a entrada do produto no mercado nacional (RE 1090591).

Para o advogado Flavio Carvalho, do escritório Schneider, Pugliese, o STF, com essa decisão, “está dando uma carta em branco para a Receita Federal”. Ele entende como compreensível o posicionamento para proteger a indústria nacional, mas, por outro lado, diz, são comuns alterações, de forma arbitrária, da classificação fiscal de determinadas mercadorias com o intuito de aumentar a tributação dos importados.

“Temos clientes que tiveram a classificação de mercadorias definida por órgãos regulatórios, inclusive para fins de autorização da comercialização no mercado brasileiro, e posteriormente, quando da chegada do produto importado no país, a Receita Federal compreendeu que a classificação deveria ser diversa e bloqueou o desembaraço até o pagamento de tributos”, afirma.

Já a advogada Valdirene Lopes Franhani, do escritório Lopes Franhani Advogados, entende que se o contribuinte tiver como provar que a base declarada está correta e se defender do arbitramento, a apreensão de mercadorias poderá ser afastada via ordem judicial. “Sem prejuízo do entendimento firmado, agora, pelo STF”, diz.

Veículo: Estadão	
Data: .16.09.2020	Caderno: Economia



Após Bolsonaro barrar Renda Brasil, equipe de Guedes vai focar em desoneração e novo imposto

Equipe econômica pretende centrar esforços numa desoneração ampla da folha de salários, porém isso depende diretamente de convencer Bolsonaro a patrocinar a criação de um novo imposto sobre transações, que seria cobrado nas duas pontas

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de setembro de 2020 | 21h06

BRASÍLIA - Após o presidente Jair Bolsonaro sepultar a discussão do Renda Brasil dentro do governo, a equipe econômica pretende centrar esforços numa desoneração ampla da folha de salários (redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários), segundo apurou o **Estadão/Broadcast**. Sem apoio do Palácio do Planalto para ajustes impopulares em despesas, que abririam caminho a um novo benefício social mais robusto, a equipe do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, mira na tentativa de aliviar o custo para empregadores e impulsionar a geração

de empregos na saída da crise provocada pela pandemia do novo **coronavírus**.

Paulo Guedes, ministro da Economia de Jair Bolsonaro Foto: Gabriela Biló/Estadão

Antes da polêmica envolvendo a discussão sobre congelamento de aposentadorias por dois anos – que despertou a ira de Bolsonaro e o levou a interditar o debate do **Renda Brasil** –, o plano da equipe de Guedes era levar ao presidente os detalhes da proposta para a desoneração nesta quarta-feira, 16, segundo fontes ouvidas pela reportagem.

Em aceno direto a um pedido de Bolsonaro, esse texto poderia inclusive incluir a ampliação da imunidade tributária das igrejas, após o presidente se vir obrigado a vetar parte do perdão a dívidas de templos religiosos para evitar cometer crime de responsabilidade. Em redes sociais, Bolsonaro defendeu a anistia dos débitos, pregou a derrubada do próprio veto e prometeu uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para dar “alcance adequado” às igrejas.

Depois da confusão envolvendo o Renda Brasil, no entanto, técnicos admitiram reservadamente que era preciso primeiro “avaliar os estragos depois do furacão” antes de jogar sobre a mesa a proposta da desoneração e arriscar novos ruídos na relação com o Planalto, e a apresentação se tornou incerta.

A adoção de uma política de desoneração da folha de salários depende diretamente de convencer Bolsonaro a patrocinar a criação de um novo imposto sobre transações, que seria cobrado nas duas pontas. “Ou falamos sobre um imposto de transações, ou não vamos conseguir desonerar a folha”, disse Guedes nesta terça, 15, ao participar do Painel

Telebrasil 2020. A comparação do novo tributo com a antiga CPMF, no entanto, já despertou rejeição do presidente no passado.

Apesar do desafio, a equipe econômica pretende avançar nessa frente, sobretudo num cenário em que o debate do Renda Brasil se tornou “custoso” para ser retomado pelas mãos do Executivo. Dentro da própria área econômica, a avaliação é que a discussão do programa social pode voltar, mas com o Congresso Nacional na dianteira.

Mesmo se efetivada com sucesso, a desoneração da folha não resolve o problema do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à inflação e que hoje já trava o crescimento de qualquer gasto, inclusive com a área social. Para uma solução nesse sentido, seria preciso retomar o debate da revisão de despesas que acabou desagradando o presidente.

Veículo: Estadão	
Data: .16.09.2020	Caderno: Economia



STF, ICMS e (in)segurança jurídica

José Flávio Pacheco*

15 de setembro de 2020 | 15h30

José Flávio Pacheco. FOTO: DIVULGAÇÃO

A retomada das atividades pelo Supremo Tribunal Federal tem causado agitação na mídia especializada pelo potencial impacto nos cofres públicos, dada a importância econômica de alguns temas tributários postos para sua análise^[1].

Alguns temas igualmente relevantes e com repercussão profunda para a manutenção da segurança jurídica na relação fisco-contribuintes, no entanto, aparentemente não receberam a mesma atenção.

Ao longo dos anos, o ICMS tem sido tema profícuo para os mais diversos litígios e seu desenrolar influenciado direta e decisivamente na forma como contribuintes estruturam seus negócios e pautam sua relação com a Administração Pública.

Recentemente, três casos foram analisados pelo Plenário do STF e os entendimentos alcançados podem ressuscitar discussões até então

encerradas, reacendendo ânimos para que Estados voltem a questionar estruturas há tempos implementadas pelos contribuintes com base em entendimento consolidado do STF.

O primeiro julgamento, relativo à antiga Guerra dos Portos e proferido em questão de ordem levantada com o objetivo de reafirmar a jurisprudência da Corte[2], pode gerar efeitos completamente diferentes dos pretendidos inicialmente.

Apesar das considerações do Min. Edson Fachin, reiterando a prevalência da disponibilidade jurídica do bem sobre os elementos econômico e físico da operação como aspecto revelador da competência tributária, o caso ganhou contornos polêmicos em razão da declaração de voto do Min. Alexandre de Moraes, que aparentemente permitiria interpretação divergente para atribuir ao Estado de destino físico final das mercadorias a competência para exigir o ICMS-importação, em detrimento do Estado de localização do seu destinatário legal[3].

A segunda decisão polêmica trata do reconhecimento da não-incidência do ICMS em transferências, ainda que entre estabelecimentos situados em Estados diferentes[4], sob o fundamento de que, por não acarretarem alteração de titularidade jurídica, não preencheriam a condição material para a incidência do imposto.

Embora aparentemente benéfica aos contribuintes em uma análise preliminar, essa decisão pode gerar efeitos detrimenais à mecânica do ICMS. Transferências posteriores realizadas ao abrigo da não-incidência em princípio obrigariam ao estorno dos créditos registrados por ocasião das entradas, bem como impediriam os destinatários de tomar créditos nessas operações, ainda que promovessem saídas tributadas subsequentes, demandando, na prática, a criação de mecanismos ainda não existentes, tais como cessões interestaduais de

crédito, para se garantir a característica elementar do ICMS representada pela não-cumulatividade e neutralidade fiscal.

Essa decisão também traz insegurança jurídica para o passado, pois, ainda que em tese, impõe ao fisco o dever de ressarcir aos contribuintes o ICMS indevidamente debitado em transferências e aos contribuintes, o dever de estornar créditos registrados pelas entradas.

Equacionar esse problema parece difícil, ainda mais considerando o claro desequilíbrio de forças na relação fisco-contribuinte. Enquanto ao fisco será possível proceder à glosa imediata dos créditos tomados pelos contribuintes, exigindo imposto, multa e juros, os contribuintes deverão ingressar em juízo para se verem ressarcidos do imposto indevidamente debitado nas saídas. Aos contribuintes resta ônus em dose dupla: de se defender de eventuais autuações fiscais e de perseguir em juízo o ressarcimento, com todos os custos administrativos e financeiros que essas medidas representam.

O terceiro entendimento com potencial de ressuscitar cadáveres é o que declarou a constitucionalidade da glosa parcial de crédito pelo Estado de destino na proporção do incentivo fruído pelo remetente das mercadorias no Estado de origem, em razão de incentivo concedido sem aprovação do CONFAZ[5].

Apesar da modulação de efeitos, trata-se de mais uma decisão anacrônica proferida pela Corte.

A Guerra Fiscal desde muito assola a relação fisco-contribuinte, mas após o esforço dos Estados para aprovar a LC nº 160 e o Convênio ICMS nº 190, definindo condições para convalidação e reinstituição de

incentivos unilaterais, a resolução da questão parecia encaminhada e a situação dos contribuintes, protegida.

Esse arranjo, porém, nunca foi unanimidade e essa decisão pode encorajar Estados reticentes a abandoná-lo, abrindo novo capítulo da famigerada Guerra Fiscal.

Trata-se, portanto, de julgamentos emblemáticos, que revelam o desprestígio da Corte à manutenção da segurança jurídica ou, quando menos, sua falta de cuidado com os impactos de suas decisões no setor produtivo do país, sempre o destinatário certo de todas essas incertezas.

Contribuintes, preparem-se!

***José Flávio Pacheco é sócio da área de Direito Tributário do KLA Advogados**

[1] *i.e.* a conclusão do julgamento do *leading case* sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; os julgamentos sobre a constitucionalidade da cobrança das contribuições de terceiros sobre a folha de salários, da multa de 10% do FGTS em casos de demissão por justa causa e da incidência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outras.

[2] Logo, sem análise de mérito, porque o contribuinte havia parcelado o débito e desistido da discussão judicial (*cf.* Tema 520 de Repercussão Geral).

[3] No caso concreto, o TJMG atribuiu a Minas Gerais a competência para cobrar o ICMS-importação em operação realizada por estabelecimento paulista que remeteu a mercadoria importada para industrialização na filial mineira.

